



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

NATÁLIA MOSENA GOLLO

**O LUGAR DAS RELAÇÕES RACIAIS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE
PSICÓLOGAS BRANCAS**

SÃO PAULO

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

NATÁLIA MOSENA GOLLO

**O LUGAR DAS RELAÇÕES RACIAIS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE
PSICÓLOGAS BRANCAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para a graduação no
Curso de Psicologia sob orientação da Profa. Ms.
Sandra Gagliardi Sanchez.

São Paulo
2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe e ao meu pai, Rosângela e Rogério, por todo apoio inesgotável não só ao longo da graduação, mas em toda minha vida. Agradeço aos meus irmãos, Ana e João, por serem certeza para mim desde que éramos miudinhos. Sem o suporte e o amor de vocês nada seria possível.

Agradeço às grandes amigas que encontrei na PUC e que transformaram meu olhar em tantos e tantos aspectos, no âmbito pessoal e profissional. À minha companheira de estágios, de pesquisa e de inúmeros outros momentos dentro e fora da graduação, Nathalie, agradeço sabendo ser impossível mensurar a sua importância no caminhar deste trabalho; obrigada por cada conversa e incentivo. À Juliana, Beatriz e Roberta que estiveram comigo e são fonte de infinita inspiração e admiração. Às Lus, que são lugar de conforto e força desde o primeiro ano, não importa o espaço que ocupemos juntas. Aprendo com vocês todos os dias sobre amor, cuidado e apoio.

Agradeço às pessoas que entraram na minha vida e continuam escolhendo ficar. Clarissa, Alice, Camila e Giovanna, obrigada por cada momento compartilhado em todos esses anos. Gustavo, esse processo seria ainda mais desafiador sem você ao meu lado; obrigada por acreditar em mim mesmo quando eu não tinha certeza.

Agradeço à Profa Dra Beatriz Brambilla, que me mostra novos caminhos de reflexão desde que nos conhecemos e com quem aprendo a cada aula, orientação e conversa; sem você esta pesquisa não seria possível. Agradeço a Júlia Pagano, que acolheu minhas angústias enquanto pesquisadora e se disponibilizou para trocarmos e refletirmos juntas ao longo do percurso.

Agradeço à Profa Ms Sandra Gagliardi Sanchez, que me acompanhou e me orientou no decorrer de todo este trabalho, possibilitando sua realização e finalização da melhor maneira possível.

Agradeço, por fim, a cada uma das pessoas que encontrei ao longo da minha formação e espaços em que estive que me ensinaram sobre a Psicologia e o mundo que acredito ser possível. Vocês construíram, e continuam construindo, a profissional que desejo ser. Esta pesquisa tem um pouquinho de cada um de vocês.

RESUMO

7.00.00.00-0 – Ciências Humanas

7.07.00.00-1 – Psicologia

Título: O lugar das relações raciais na atuação de psicólogas brancas

Autora: Natália Mosená Gollo mgollo.natalia@gmail.com

Orientadora: Profa. Ms. Sandra Gagliardi Sanchez ssanchez@pucsp.br

Departamento de Psicologia Social – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde – PUCSP

A Psicologia foi, desde seu surgimento enquanto ciência-profissão, constituindo-se a partir do olhar branco e colonialista, colaborando para a perpetuação de uma sociedade homogeneizada e normativa. Entendendo que nenhuma atuação profissional é feita a partir de uma postura neutra e que raça/cor é um importante marcador da identidade de todo sujeito em uma sociedade estruturalmente racista, o presente trabalho objetivou investigar qual é o lugar dado às relações raciais na atuação de psicólogas brancas, já que essas constituem a maior porcentagem de profissionais da categoria hoje e compõem o grupo racial que historicamente se retira das discussões raciais. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo, exploratória e qualitativa, através de cinco entrevistas semi-estruturadas com psicólogas autodeclaradas brancas, formadas em dois períodos históricos diferentes: nas décadas de 1990 e de 2020 – a fim de observar impactos e efeitos de políticas afirmativas federais e de posicionamentos do Sistema de Conselhos de Psicologia no que tange às discussões raciais. A análise das entrevistas foi feita à luz da Psicologia Sócio-Histórica, através dos chamados núcleos de significação. Ainda que tenha se encontrado alguma diferença entre os grupos formados em momentos históricos distintos, o olhar sobre relações raciais continua restrito, de maneira geral, à atuação com pessoas negras e há pouca reflexão sobre o lugar das psicólogas enquanto pessoas brancas no debate. Concluiu-se que é necessária a reformulação de currículos existentes para uma formação mais comprometida com o debate racial a fim de construir uma Psicologia racializada, implicada no combate às desigualdades sócio-raciais do nosso país, rompendo com o silêncio e a omissão tão característicos da branquitude.

Palavras-chave: Relações raciais. Psicologia. Branquitude.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 A Psicologia e as relações raciais.....	5
1.2 Os conceitos de raça e de branquitude.....	12
1.3 Práticas antirracistas na atuação profissional de psicólogas.....	16
2 MÉTODO.....	21
3 RESULTADOS.....	25
3.1 Entrevista 1.....	25
3.1.1 Perfil da entrevistada.....	25
3.1.2 Núcleos de significação.....	25
3.1.3 Análise inter-núcleo.....	33
3.2 Entrevista 2.....	35
3.2.1 Perfil da entrevistada.....	35
3.2.2 Núcleos de significação.....	35
3.2.3 Análise inter-núcleo.....	44
3.3 Entrevista 3.....	46
3.3.1 Perfil da entrevistada.....	46
3.3.2 Eixos centrais para presente pesquisa.....	46
3.4 Entrevista 4.....	50
3.4.1 Perfil da entrevistada.....	50
3.4.2 Eixos centrais para a presente pesquisa.....	50
3.5 Entrevista 5.....	55
3.5.1 Perfil da entrevistada.....	55
3.5.2 Eixos analisados.....	56
4 DISCUSSÃO.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
6 REFERÊNCIAS.....	68
APÊNDICE 1.....	72
APÊNDICE 2.....	74

1 INTRODUÇÃO

1.1 A Psicologia e as relações raciais

Entre outubro de 2021 e março de 2022, o Conselho Federal de Psicologia realizou o maior levantamento de dados para uma pesquisa já realizada sobre a profissão em nível nacional, tanto pelo tamanho da amostra quanto pela extensão dos aspectos investigados relacionados ao exercício profissional. Assim, no ano em que a Psicologia comemorava seus 60 anos da regulamentação da profissão, foi publicado o Censo da Psicologia Brasileira intitulado “Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro”, dividido em dois volumes: *Formação e inserção no mundo do trabalho* (Volume 1) e *Condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social* (Volume 2).

O CensoPsi 2022 contou com 20.207 participantes de diferentes regiões do Brasil e possibilitou, a partir dele, delinear o perfil da categoria na atualidade e relacionar as últimas informações coletadas com a história da profissão. O primeiro capítulo do livro traz um o contexto histórico e institucional a partir da chegada dos estudos psicológicos ao nosso território até o detalhamento do cenário atual de crise e novos desafios. O segundo capítulo caracteriza o perfil das(os) psicólogas(os) trazendo os dados mais recentes e, assim, abre uma série de reflexões possíveis para serem desdobradas nos demais capítulos sobre a atuação em Psicologia e perspectivas para o futuro.

De acordo com o panorama mais geral feito pelo Censo, destaca-se que: 44% das psicólogas são do Sudeste; cerca de 50% se encontra na faixa etária de até 39 anos e a porcentagem começa a decair gradativamente nas faixas subsequentes; 85% do total das respondentes do Censo trabalha atualmente em atividades que envolvem práticas da Psicologia; 83,8% se identifica como heterossexual; 79,2% se identifica com o gênero feminino; e, em relação a autoidentificação/autodescrição racial, 63,9% se declarou branca, 26,1% se declarou parda, 8,5% se declarou preta, 1,2% se declarou amarela/oriental e 0,3% indígena. Assim, com o enfoque dado para a presente pesquisa, salienta-se que a Psicologia permanece majoritariamente feminina e branca – assim como foi em toda sua história no nosso país.

Quando analisada a autodeclaração racial mais de perto, fica evidente a discrepância entre o perfil racial da categoria em relação ao perfil racial do Brasil. De acordo com os dados

levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022) no mesmo ano, em relação a autodeclaração de cor ou raça: 43,5% da população é branca; 45,3% da população é parda; 10,2% é preta; 0,6% é indígena; e 0,4% é amarela. Ou seja, enquanto a maior parte da população brasileira é negra¹ (55,5%), a grande maioria das(os) profissionais de Psicologia é branca (63,9%). Além disso, é possível perceber uma grande diferença na porcentagem de psicólogas brancas e negras² de uma região geográfica para outra – mesmo quando essa diferença não é justificada pela distribuição da população brasileira de forma geral, como é possível ver na tabela a seguir (Tabela 1).

Tabela 1 – Autodeclaração racial de profissionais da Psicologia e da população brasileira em geral por região do país, de acordo com o CensoPsi 2022 e com o IBGE 2022, respectivamente.

Raça/cor declarada	Região geográfica									
	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	CensoPsi	IBGE	CensoPsi	IBGE	CensoPsi	IBGE	CensoPsi	IBGE	CensoPsi	IBGE
Amarela	0,9%	0,2%	0,7%	0,1%	1,5%	0,4%	1,4%	0,7%	1,3%	0,4%
Branca	37,8%	20,7%	42,2%	26,7%	58,2%	37%	74,1%	49,9%	87,5%	72,6%
Indígena	0,5%	3,1%	0,3%	0,6%	0,3%	1,0%	0,3%	0,1%	0,1%	0,3%
Parda	51,0%	67,2%	42,7%	59,6%	31,3%	52,4%	17,5%	38,7%	8,1%	21,7%
Preta	9,7%	8,8%	14,1%	13,0%	8,6%	9,1%	6,8%	10,6%	3,0%	5,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CensoPsi e do IBGE.

Dessa maneira, fica evidente que a parcela de psicólogas brancas em todas as regiões é maior do que a parcela correspondente da população em geral referente a esse grupo racial. Em relação a população negra, como mencionado anteriormente, está significativamente sub-representada na categoria em todo território brasileiro – ainda que no Nordeste e no Centro-Oeste a parcela de psicólogas pretas respondentes seja próxima à da população brasileira, isso não se mantém quando olhamos para o grupo de psicólogas pardas. Nesse sentido, é preciso que olhemos para quem constrói a Psicologia brasileira de forma crítica,

¹ De acordo com o IBGE, a população negra é composta por pessoas que se autodeclararam pretas e pardas. Disponível em: <<https://www.gov.br/igualdade racial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/hub-igualdade-racial/populacao#>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

² Decidiu-se usar o feminino para se referir a todas e todos profissionais da categoria, exatamente por mais de 79% da categoria se identificar com o gênero feminino, de acordo com o Censo Psi 2022.

questionando se o campo tem refletido a – e sobre – realidade sócio-racial brasileira e se implicado em debates essenciais para a nossa sociedade.

A Psicologia foi, desde seu surgimento enquanto ciência-profissão, constituindo-se a partir do olhar branco, colonialista e racista, colaborando para a perpetuação de uma sociedade homogeneizada e normativa. No Brasil, sua história é marcada pelo papel segregacionista e higienizante desempenhado ao longo dos anos, à medida em que atendia a demandas da burguesia, não tendo como centralidade processos históricos e sociais que constituem o povo brasileiro em sua maioria. Regulamentada enquanto profissão em 1962, dois anos antes do golpe de Estado que instalou a ditadura civil-militar no país, a Psicologia teve sua fase mais concreta de institucionalização no contexto de absoluto terror e violência com estratégias psicossociais que tinham efeitos dos mais aversivos no coletivo e que minaram tentativas de resistência (Oliveira, Costa e Yamamoto, 2022).

Dessa forma, é importante entender os diferentes movimentos realizados por pesquisadores do campo *psi* ao longo das décadas, além de como e quando a discussão acerca das relações raciais é trazida pela Psicologia no Brasil como uma questão fundamental na constituição da subjetividade do povo brasileiro.

Santos, Schucman e Martins (2012) constroem uma linha no tempo, a partir da perspectiva histórica, caracterizando o pensamento psicológico acerca das relações étnico-raciais no Brasil em três momentos distintos, que exponho sinteticamente a seguir: I. período do final do século XIX e início do século XX, marcado por um pensamento biológico-causal em que a área da Psicologia se encontrava muito ligada ao modelo médico e às áreas da psiquiatria e a neurologia; II. período de 1930 até 1950, em que há uma tentativa de desconstruir o determinismo biológico dominante até então sobre o conceito de raça no campo da Psicologia através dos fatores ambientais, num modelo mais culturalista; e III. período de 1990 em diante, quando autoras(es) passam a tomar raça como uma construção social, evidenciando relações de poder e deslocando o enfoque dos outros racializados para aqueles tidos como norma – dando início aos estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil.

O primeiro momento do pensamento psicológico brasileiro em relação a discussão étnico-racial, entre o final do século XIX e início do século XX, é referente a um período em que o Brasil dá início ao processo de tornar-se independente de Portugal e, portanto, há

tentativas de modernização e nacionalização da identidade do povo brasileiro. A Psicologia, nesse contexto, é uma das áreas chamadas para resolver problemas relacionados à saúde, à educação e à organização do trabalho; porém, o campo *psi* era ainda ligado majoritariamente a um modelo médico-psicológico e os estudos resultantes faziam associações entre características psicológicas – numa lógica patologizante – e determinadas etnias-raças. É nesse momento que o médico Raimundo Nina Rodrigues, com base no evolucionismo social, afirma a raça como central nas explicações sobre a sociedade e os cidadãos brasileiros. De acordo com o evolucionismo social, ou darwinismo social, os seres humanos são desiguais por natureza e, dessa forma, existem aqueles que são superiores e aqueles que são inferiores de acordo com as suas aptidões inatas. Nina Rodrigues assume um discurso cujo eixo é o *problema negro*, que alegava a inferioridade de pessoas negras e mestiças – exatamente pela influência de ancestrais negros.

O segundo momento, entre as décadas de 1930 e 1950, caracterizou-se pela crítica e busca pela desconstrução do determinismo biológico sobre o conceito de raça na constituição da Psicologia e, mais especificamente, na Psicologia Social. Desde Arthur Ramos, discípulo de Nina Rodrigues, que passa a criticar a visão determinista biológica de seu mestre e assume uma explicação culturalista para explicar a inferioridade dos negros; até Virgínia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e Dante Moreira Leite, que explicam as diferenças existentes entre diferentes grupos raciais através de fatores ambientais, enfrentando a ideia de determinantes genéticos subjacentes a tais diferenças e afirmando o papel das condições econômicas, educacionais e sociais que transformam tais diferenças em desigualdades.

Já o terceiro momento descrito pelo artigo, período referente à década de 1990 em diante, é marcado pelos estudos sobre *branqueamento* e *branquitude* no Brasil, inspirados nos estudos críticos sobre branquitude (*critical whiteness studies*) dos Estados Unidos. Estudiosas(os) brasileiras(os) como Jurandir Freire Costa, Irai Carone, Maria Aparecida Bento e Edith Piza marcam a mudança de enfoque dos olhares acadêmicos acerca das relações étnico-raciais: descola-se, enfim, o olhar daqueles tidos como margem – os *outros racializados* – para aqueles que construíram a noção de raça mas se entendem como neutros e se pouparam de críticas até então – ou seja, os brancos.

Os estudos sobre branqueamento e branquitude realizados pela Psicologia a partir da década de 90, ao tomarem a raça como uma construção social, evidenciam as relações de poder que essa estrutura leva: ao privilégio simbólico e material dos sujeitos brancos e aos aviltamentos relacionados

aos negros em nossa sociedade. Eles mostram que, assim como as categorias de classe e de gênero, a categoria raça constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade (Santos, Schucman e Martins, 2012, p. 174).

Ramos e Carvalho (2022a) analisaram minuciosamente as produções acadêmicas de pós-graduação (dissertações e teses) produzidas num período mais recente do cenário *psi*, mais especificamente entre 2003 e 2018 – período posterior à mudança do enfoque descrita acima, que marca esse terceiro momento do pensamento psicológico acerca das relações raciais no Brasil. As autoras buscaram investigar, a partir de uma revisão sistemática de literatura, como a Psicologia – enquanto uma área de conhecimento que produz e reproduz determinadas visões de subjetividades que correspondem à visão hegemônica do ser humano tido como universal segundo as elites dominantes – vem se posicionando frente ao racismo. Tendo tal objetivo em vista, o artigo indaga sobre o compromisso social (ou a falta dele) do campo na construção de discussões raciais no país, com a pergunta: *qual seria a contribuição da Psicologia na luta antirracista?* – também central na presente pesquisa.

Mesmo algumas décadas depois da chegada da discussão crítica sobre branqueamento e branquitude no país, Ramos e Carvalho (2022a) concluem que, atualmente, o cenário da área *psi* permanece majoritariamente branco e reprodutor de saberes eurocêntricos e hegemônicos; ou seja, permanece bastante distante da realidade sócio-racial brasileira:

A psicologia continua branca, estudando um ser humano único, universal, um currículo hegemônico, com autores homens brancos. Poucas psicólogas pesquisam relações étnico-raciais e contribuem para uma formação acadêmica plural e que reflita a realidade sócio-racial brasileira. O mito da democracia racial é perpetuado nos saberes psicológicos. O próprio sistema de conselhos se pronunciou tardiamente sobre o tema (p. 417).

O trecho faz referência ao posicionamento tardio do sistema de conselhos de Psicologia sobre a temática racial e o enfrentamento ao racismo. Foi em dezembro de 2002, que o Conselho Federal da Psicologia – considerando a Constituição Federal de 1988, documentos internacionais e o Código de Ética Profissional da categoria – publicou a Resolução N° 018/2002, que estabelece:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.

Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial (CFP, 2002, p. 2).

Tal movimento da categoria e do sistema de conselhos, claro, não acontecia no vácuo: foi também no início dos anos 2000 que o cenário da luta antirracista foi se modificando no âmbito nacional, a partir da força e da mobilização de movimentos sociais e eventos internacionais que tinham como foco o enfrentamento ao racismo ao redor do mundo como uma pauta de direitos humanos. Em dezembro de 2000, na cidade de Santiago, no Chile, ocorreu a Conferência Regional das Américas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Outras Formas de Intolerância – evento preparatório para a conferência mundial que aconteceria no ano seguinte. Em setembro de 2001, em Durban na África do Sul, foi realizada a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata da ONU (Organização das Nações Unidas) – importantíssimo marco para o reconhecimento e o enfrentamento do racismo por parte do Estado brasileiro (Conectas, 2021).

Com ampla participação brasileira e protagonismo de mulheres negras que trabalharam ativamente nas discussões locais e regionais que antecederam a Conferência, a Declaração de Durban incorporou muitos parágrafos acordados entre Estados americanos na Conferência Regional que ocorreu no Chile no ano anterior. Para muitos pesquisadores brasileiros, como Wania Sant’Anna, Atila Roque e Sueli Carneiro, há muito o que comemorar a partir da Conferência de Durban, mesmo que o caminho pela igualdade racial seja ainda longo e árduo, já que a Declaração resultante serviu de norteador para conquistas nacionais que vieram nos anos seguintes.

Leis federais e mecanismos importantes foram aprovados pós-Durban. Em 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), que estabeleceu a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira nos currículos da Rede de Ensino, assim como a inclusão do dia 20 de novembro como *Dia Nacional da Consciência Negra* no calendário escolar. No mesmo ano, houve a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, tendo como objetivo incorporar nas políticas governamentais

a perspectiva de igualdade racial e reduzir as desigualdades raciais existentes no país. Alguns anos depois, em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial é instituído pela Lei 12.288 (Brasil, 2010), que reafirma o dever do Estado e da sociedade na garantia de igualdade de oportunidades e de defesa de direitos para toda população. Em 2012, a Lei 12.711 (Brasil, 2012), conhecida como Lei de Cotas, é sancionada, estabelecendo – entre outras diretrizes – o percentual de vagas para ingresso em universidades e instituições federais que devem ser preenchidas por pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas.

O campo *psi* não poderia permanecer o mesmo, alheio a esse cenário. Contudo, foi só em 2017 que o Conselho Federal de Psicologia publicou o documento de Referências Técnicas relativo à atuação de psicólogos(os) acerca das relações raciais, respondendo às demandas pautadas pelo movimento negro, em todo território, para que a produção de conhecimento estivesse comprometida com a superação do racismo e enfrentamento de diferentes formas de discriminação. Tal publicação foi deliberada no 9º Congresso Nacional da Psicologia (CNP) em 2016, junto com a retomada do trabalho do CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas), reconhecendo a necessidade de combate ao racismo e do diálogo direto com a categoria. O documento trouxe importantes orientações e contribuições para uma atuação profissional antirracista – as quais serão discutidas mais detalhadamente no item intitulado *1.3 Práticas antirracistas na atuação profissional* do presente trabalho.

Desde o primeiro levantamento relativo às produções acadêmicas sobre relações étnico-raciais ficou explícita, cada vez mais, a não-implicação de pessoas brancas na discussão e, mais especificamente, a não-implicação da Psicologia (campo majoritariamente branco) na luta antirracista – tanto na formação de profissionais, quanto na prática cotidiana da atuação. Isso porque, assim como mostra Ramos e Carvalho (2022b), os currículos dos cursos de Psicologia continuam contemplando autores homens, brancos e anglo-europeus.

Corroborando com tais resultados, Silva (2021) vai adiante e destaca que o cuidado efetivo com as populações negras – e é possível acrescentar populações indígenas e amarelas, nesse sentido –, só será possível com uma mudança das epistemologias adotadas. A autora realizou uma revisão sistemática com o objetivo de levantar artigos científicos produzidos no campo da Psicologia, entre os anos de 1990 e 2000, que tinham como centro de estudo pessoas brancas e a branquitude, já que a maior parte dos estudos sobre relações étnico-raciais

(ainda que escassos) se propunham a estudar pessoas negras. Em suas considerações finais, Silva afirma que, para que se produza um cuidado de fato no campo da saúde, é necessário:

[...] dentre outras competências, um trabalho de (auto)crítica e assunção das questões produzidas pelos tensionamentos raciais, revisão das epistemologias eurocentradas que embasam o cuidado à saúde e, como sugestão, adoção de teorias afro-centradas (p. 79).

Assim, é imprescindível questionar se as(os) psicólogas(os) possuem recursos acumulados suficientes – já que esses estão ausentes nos currículos de formação oferecida – para não serem coniventes com o racismo e não utilizarem instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar o preconceito racial, como especificado nos artigos 3º e 4º da Resolução Nº 018/2002 citada anteriormente.

Entendendo o silêncio da branquitude enquanto uma estratégia daqueles que não querem se ater consigo mesmos e abrir mão dos seus privilégios (Schucman, 2014), é dever da Psicologia e de suas(seus) profissionais romper com o pacto social da branquitude, que protege seus privilégios e não se reconhece enquanto parte absolutamente essencial na permanência de desigualdades raciais no Brasil (Bento, 2002). Para isso, é essencial a produção de pesquisas acadêmicas que busquem entender melhor como as(os) psicólogas(os) têm olhado as questões raciais atualmente e se o fazem implicando a si mesmas como parte fundamental do problema – e, portanto, da solução.

Já que atuação nenhuma em Psicologia é feita a partir de uma neutralidade da(o) profissional em questão e visto que raça é um importante marcador da nossa identidade, faz-se necessária a investigação sobre como psicólogas brancas – que constituem a maior porcentagem de profissionais da categoria hoje e compõem o grupo racial que historicamente se retira das discussões comprometidas com o antirracismo – têm pensado a atuação profissional em relação às questões raciais. Somente assim será possível construir uma Psicologia racializada e implicada no enfrentamento ao racismo e às desigualdades sócio-raciais em nosso país.

1.2 Os conceitos de raça e de branquitude

O conceito de *raça* trouxe, ao longo dos séculos, diferentes definições e significados (Munanga, 2004). Na história das ciências naturais, o conceito de *raça* foi originalmente

usado na Botânica e na Zoologia para classificar espécies de vegetais e animais não-humanos. Entre seres humanos, passou a ser usado para designar um grupo de pessoas que têm um ancestral e algumas características físicas em comum. Até o fim do século XVII, os teólogos buscavam explicar as raças humanas a partir de justificativas religiosas, tendo como base a Escritura – num momento em que a Igreja detinha o monopólio das explicações sobre a realidade. É a partir do século XVIII que filósofos iluministas buscam uma explicação baseada na razão, recorrendo ao conceito de *raça* vindo das ciências naturais para classificar grupos humanos a partir de características físicas.

É nesse momento histórico que o conceito passa a operar uma hierarquização entre as chamadas raças humanas, estabelecendo uma relação – supostamente intrínseca – entre características biológicas (critérios morfológicos, como cor da pele e traços faciais) e características psicológicas, morais e intelectuais. Ainda que, com o avanço dos estudos de Genética Humana no século XX, o conceito de *raça* tenha sido considerado, pela própria ciência biológica, incoerente e inoperante, as inventadas raças humanas permanecem presentes na realidade social e política como um instrumento de inferiorização de pessoas negras, amarelas e indígenas, enquanto sustenta e naturaliza a superioridade racial branca. Sua utilização em estudos da área das ciências sociais, ainda hoje, é justificada na medida que se considera raça uma construção sociológica, que compõe a realidade social e política da nossa sociedade. Refere-se, assim, a um conceito carregado de ideologia e “como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” (Munanga, 2004, p.6).

O autor destaca ainda o salto da ideologia racista, quando se supera a explicação religiosa, divina, para se defender uma explicação biológica, supostamente científica – sustentando, dessa maneira, uma ideia de determinismo racial. Contudo, Munanga sinaliza que, já no fim do século XX, o racismo não necessita mais da explicação biológica para afirmar as diferenças, hierarquizadas e insuperáveis, entre os grupos raciais humanos: as representações racistas permanecem no imaginário coletivo, agora baseado em diferenças culturais e na noção de etnia.

Analisando tal construção histórica, Brambilla, Rocha, Oliveira e Cordeiro (2020) destacam uma faceta oculta presente nesse processo: a (des) racialização de pessoas brancas, que nomeiam unicamente a raça do *Outro*, sem nunca ver a si mesma. A ideia do branco como sujeito universal, referencial de civilização, forja o lugar de privilégios simbólicos,

subjetivos e objetivos da população branca. O padrão normativo é, portanto, branco. Esse lugar estrutural de onde o sujeito branco vê o outro é chamado de *branquitude*.

Enquanto a branquitude olha para si como civilizada, generosa, moralmente ideal e livre de qualquer inquietude sobre sua própria história (e os impactos dessa história nos demais), às pessoas não-brancas são incorporados os aspectos que a sociedade branca rejeita para si, como o perigo, a violência, o sujo e o imoral. Grada Kilomba, no primeiro capítulo do seu livro “Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano” (2019), cita a escritora Toni Morrison para afirmar que a identidade da branquitude é uma identidade dependente: “existe através da exploração do ‘Outro’, uma identidade relacional construída por brancos(as), definindo eles(as) mesmos(as) como racialmente diferentes dos ‘Outros’” (p. 38). Dessa forma, o *Outro* se torna tal a partir de um processo de negação completa.

De acordo com Schucman (2014), o significado de “ser branco” pode se alterar de acordo com o momento histórico-político e com o território em questão; ou seja, ocupar o lugar simbólico da branquitude não é algo determinado pela genética, mas sobretudo pelos lugares sociais ocupados pelos sujeitos. Nesse sentido, a autora afirma que:

A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (p. 84).

No Brasil, para compreender a identidade racial branca é necessário retomar o processo histórico de branqueamento vigente enquanto projeto político, que tinha como finalidade clarear a população brasileira e se aproximar aos ideais europeus. Utilizando estudos raciais do século XIX que colocavam a população branca como ápice da razão e civilização humana, a ideia de raça foi utilizada como instrumento da disputa de poder no contexto colonialista. Como enfatiza Munanga, no prefácio do livro “Psicologia Social do Racismo” (Carone & Bento, 2002), o que seria um simples fenômeno biológico recebeu uma missão política de grande importância: a miscigenação resultaria num processo de homogeneização da qual a identidade nacional brasileira dependia.

[...] a ideologia do branqueamento [foi] peça fundamental da ideologia racial brasileira, pois acreditava-se que, graças ao intensivo processo de miscigenação, nasceria uma nova raça brasileira, mais clara, mais arianizada, ou melhor, mais branca fenotipicamente, embora mestiça genotipicamente.

Assim, desapareceriam índios, negros e os próprios mestiços, cuja presença prejudicaria o destino do Brasil como povo e nação (p. 13).

O branqueamento, assim como toda ideologia, foi reproduzido através de mecanismos da socialização e da educação. Ainda que frequentemente tido como um “problema do negro”, o processo de branqueamento foi inventado e mantido pela elite branca brasileira (Bento, 2002). Dessa forma, percebe-se os impactos diretos na construção da identidade racial não só de pessoas negras, amarelas e indígenas (via de regra a partir de um imaginário bastante negativo), como também de pessoas brancas (fortalecendo a sua autoestima em detrimento dos demais).

A partir da produção de Antonio da Costa Ciampa – importante autor da chamada Psicologia Social Crítica – sobre identidade, é possível propor uma discussão em relação ao processo de construção histórica das identidades de diferentes grupos raciais no Brasil. Para o autor, identidade é movimento, metamorfose (Ciampa, 2009, apud Filho & Santos, 2017). É em sociedade que o indivíduo se diferencia e/ou se iguala a outros grupos sociais com os quais se relaciona, sendo que parte do reconhecimento de si vem do reconhecimento recíproco das relações que estabelece (Ciampa, 2012, apud Bomfim, Pretola, Pacheco, 2022).

O homem constitui sua identidade em um processo de construção histórica, em uma relação dialética com o mundo, na qual a identidade emerge como a síntese mediante os diversos personagens que os sujeitos assumem e os significados e sentidos a eles atrelados (Filho & Santos, 2017, p. 2).

Sendo assim, é possível dizer que a identidade racial branca, assim como as demais identidades, são construídas a partir do contexto histórico em que o sujeito vive e da sua relação com o mundo ao seu redor. É na relação com outros sujeitos – pertencentes ao mesmo grupo racial ou não – que constituímos quem somos, assumindo diferentes significados e sentidos a tudo aquilo que vivemos e a todos aqueles com quem convivemos. O que a literatura consultada sugere sobre a construção da identidade branca é que ela é feita em detrimento das outras identidades raciais. Como Kilomba (2019) discute, tudo que é rejeitado pelo sujeito branco enquanto qualidades desejadas para si é atribuído ao sujeito não-branco. Ou seja, para a pessoa branca ser o que ela é, ela precisa que as pessoas negras e indígenas sejam o que ela não é.

Lourenço Cardoso (2010), defende a diferenciação entre branquitude crítica e branquitude acrítica como procedimento analítico e metodológico por entender que há nelas uma distinção que deve ser explicitada para começar a entender a diversidade e complexidade

da identidade racial branca. A branquitude crítica é aquela que desaprova o racismo publicamente, enquanto a branquitude acrítica não desaprova o racismo publicamente, sustentando a hierarquia dos sujeitos brancos como superiores e especiais em relação aos não-brancos. O autor diz que o ponto principal entre as duas é que ambas significam lugar de privilégio – já que desaprovar publicamente o racismo não é suficiente para desconstruir o lugar social garantido a pessoas brancas.

A ideia de superioridade constituinte da branquitude, enquanto esse lugar de privilégios simbólicos e materiais que colaboram para a reprodução do preconceito racial e do racismo, decorre de uma construção sócio-histórica, e não de um traço essencial de sujeitos brancos. Isso significa dizer que, como destaca Cardoso, ela pode ser desconstruída: “Aliás, trata-se de uma tarefa a ser realizada cotidianamente por brancos anti-racistas, que vivem o conflito de, por um lado, pertencerem a um grupo opressor e, por outro lado, colocarem-se contra a opressão” (p. 623).

O conflito ao qual faz referência no trecho é nomeado pelo autor como “conflito de zona fronteira” e apontado como ponto de partida para que a branquitude crítica avance na reconstrução de sua identidade racial, destruindo seus aspectos racistas. A primeira tarefa apontada pelo autor nesse caminho é “uma dedicação individual cotidiana e, depois, a insistência na crítica e autocrítica quanto aos privilégios do próprio grupo” (Cardoso, 2010, p. 624).

1.3 Práticas antirracistas na atuação profissional de psicólogas

Bárbara Carine, em seu livro “Como ser um educador antirracista” (2023), em que debate o antirracismo mais especificamente dentro da área da educação e no ambiente escolar, salienta que a luta antirracista não combate o sujeito branco, e sim a branquitude. Ou seja, não é sobre a pessoa branca individualmente; é sobre um sistema que forjou pessoas brancas “para olhar o mundo sob a óptica de uma racialidade que hierarquiza pessoas por seu fenótipo” (p.58). O que a autora destaca, então, é que o antirracismo é caracterizado pelo enfrentamento e pela denúncia do racismo; e, portanto, é um conceito ocidental – está referenciado em uma criação ocidental: o racismo. Isso significa dizer que, sim, é uma responsabilidade ocidental de extrema importância reverter e destruir o racismo, mas é preciso ir além de referenciais do Ocidente. Deve-se pensar estratégias afrocentradas, que façam afirmações positivas sobre

peessoas negras [indígenas e amarelas, poderíamos acrescentar] também – e não que só neguem o que o racismo afirma como verdade. Essa “virada de chave” é premente para que se reflita sobre a prática de psicólogas também.

Nessa perspectiva, Carine discorre sobre alterar a lógica, sobre beber de outras fontes de conhecimento para além daquelas ocidentais brancas postas usualmente na nossa sociedade. Conta sobre a filosofia africana Ubuntu “Eu sou porque nós somos”, criada pelos povos bantu, e sobre os ensinamentos do líder indígena, Ailton Krenak, quando este fala sobre o senso de coletividade intrínseco a sua cultura – lógicas que se opõe a lógica ocidental individualista e neoliberal, tão arraigada na nossa sociedade. É urgente que se baseie em potências culturais diversas para construir novos caminhos potentes, que celebrem a diversidade existente entre as pessoas: “É importante viver a diversidade em todas as instâncias da vida, entendendo que é só convivendo com a pluralidade que efetivamente crescemos com ela” (p. 125).

Qual é, então, o lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista? É esse o debate central feito por Denise Carreira em seu artigo publicado em 2018. A autora defende que o lugar das pessoas brancas na luta antirracista deve ser bem maior do que o simples apoio aos movimentos negros, indígenas e de outros grupos discriminados racialmente; afirmando a urgência de se apostar na construção de processos que, já de princípio, coloquem em xeque a ideia de que o racismo é um problema dos grupos discriminados racialmente. É essencial um maior engajamento da população branca e das instituições na promoção, defesa e garantia dos direitos humanos, de maneira a refletir criticamente e desconstruir a branquitude enquanto lugar de manutenção de privilégios brancos que sustentam o racismo como base da nossa sociedade.

Carreira (2018) descreve, a partir daí, aspectos que considera fundamentais para a construção de processos que questionem o lugar confortável e de poder estabelecido estruturalmente aos sujeitos brancos pela branquitude acrítica. Entre eles, a autora destaca: enfrentar e sustentar o desconforto de conversas sobre racismo, que denunciam e escancaram os privilégios brancos; desestabilizar e reinventar perspectivas anteriormente aprendidas, promovendo reflexões críticas e novos caminhos para as relações raciais; repactuar novas bases de confiança e de alianças políticas que articulem e possibilitem ações transformadoras mais efetivas.

Nesse sentido, para a construção de uma sociedade de fato democrática, Carreira sinaliza como primordial a noção de um *sujeito de reconhecimento recíproco* – no lugar da noção de *sujeito autocentrado*, entendendo esta última como implícita em muitas propostas. Um *sujeito de reconhecimento recíproco* reconhece a si mesmo e aos outros como sujeitos de direitos, de dignidade e de vida; ele se desenvolve na compreensão da sua própria incompletude e alteridade, reconhecendo-se nas relações de interdependência que estabelece com os outros e com o meio ambiente.

Ser um sujeito branco antirracista, portanto, passa por reconhecer que a ideia de que pessoas brancas representam a universalidade humana faz com que não se reconheçam de forma racializada, o que mascara seu lugar nas relações sociais – e raciais – e dificulta a compreensão das desigualdades raciais; ou melhor, o seu papel na produção e na manutenção de tais desigualdades. É preciso que sejamos capazes de perceber e compreender o sofrimento gerado às populações negra e indígena no nosso país: “não somente as violências explícitas, mas as violências sutis, os silêncios, os olhares, as omissões e a negação reiterada da condição de sujeito” (p. 134).

Em vista disso, considera-se necessário pensar em um letramento racial em uma perspectiva transformadora, que tensione fronteiras impostas pela segregação social, racial e territorial vigente na sociedade brasileira a partir do encontro com o outro, com suas experiências de vida e com suas produções culturais, artísticas e intelectuais. É preciso fortalecer a dimensão pública como um espaço para todas e todos, que preveja ações afirmativas não somente como reparação à população negra, mas também como condição para uma cultura democrática e construção de branquitudes críticas e antirracistas, que compreendam seu lugar na desconstrução de privilégios e na transformação da realidade. Tal transformação exige, pois, que pessoas brancas:

[...] se coloquem ativamente como aprendizes nessa reconstrução das relações raciais, enfrentando o desconforto, o medo, o desconhecimento; reeducando olhares e escutas; refletindo e avaliando suas ações em diálogo com pessoas negras e indígenas; desconstruindo a produção de privilégios, das discriminações e das violências no cotidiano e nas instituições e se abrindo para descobrir tudo aquilo que perdemos ao longo de séculos e atualmente – como seres humanos – ao negar o reconhecimento da dignidade, dos conhecimentos, da história, das culturas e dos valores civilizatórios dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas (Carreira, 2018, p.135).

E enquanto profissionais da Psicologia, especificamente, como podemos contribuir com o enfrentamento ao racismo? Em 2017, como já citado anteriormente pelo presente trabalho, o CREPOP publicou *Relações Raciais: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os)*. O documento parte do entendimento de que cabe também à Psicologia contribuir para o desmantelamento do racismo e delineamento de uma sociedade radicalmente igualitária, refletindo sobre as desigualdades raciais da sociedade brasileira e desvelando mecanismos sociais e subjetivos que as legitimam. Para isso, afirmou a necessidade de ações em todos os níveis e todas áreas de atuação, sempre ao lado dos movimentos negros.

Dividido em cinco eixos, o documento se debruça sobre a dimensão histórica e conceitual da discussão racial no Brasil; sobre as diferentes dimensões do racismo (institucional, interpessoal e intrapsíquica); sobre o protagonismo do Movimento Negro na luta antirracista no país; e, nos últimos dois eixos, sobre o campo psicológico mais especificamente – desde revisões bibliográficas para formar um panorama da produção de conhecimento sobre raça e racismo na Psicologia, até indicações de caminhos para a atuação voltada a desconstrução do racismo e promoção da igualdade racial. Sendo assim, esse é um importante documento de orientação para profissionais da Psicologia acerca do debate racial, que enfatiza a relevância e a singularidade do campo *psi* no compromisso com a luta antirracista. Recomenda-se fortemente sua leitura na íntegra.

As Referências Técnicas em questão argumentam que é tarefa da formação em Psicologia fornecer elementos, a partir das teorias e reflexões, para leituras críticas da realidade que permitam a formulação de práticas interventivas. Mesmo sendo a luta contra as desigualdades raciais fundamental para a construção de uma sociedade justa e democrática, as grades curriculares de Psicologia no Brasil raramente fazem qualquer menção a esse debate nas disciplinas obrigatórias – e essa realidade precisa ser alterada. Sendo o marcador de raça um dos fatores que constitui, localiza e hierarquiza os sujeitos na nossa sociedade, ele deve estar previsto na formação das(os) psicólogas(os) de forma transversal nas disciplinas do curso de graduação, cursos de curta duração e especializações em Psicologia. Nesse sentido, o guia de referências se propõe a:

[...] incentivar a Psicologia das relações raciais menos como disciplina ou particularidade, e mais como tema a ser transversalizado em cada área, cada prática, cada técnica, independente do profissional ou beneficiário serem negros(as), afinal, como exposto até aqui, as relações raciais racistas como hoje configuradas no Brasil atingem todas as cores/raças/etnias (CREPOP, 2017, p. 105).

O trecho destacado acima frisa que os efeitos psicossociais do racismo devem ser compreendidos na constituição da subjetividade de pessoas de todos os grupos raciais – portanto, de pessoas brancas, negras, amarelas e indígenas – e, dessa forma, devem fazer parte de toda e qualquer reflexão das(os) profissionais, seja qual for o campo de atuação ou a sua própria raça/cor.

Assim, o presente trabalho busca investigar qual tem sido o lugar dado às relações raciais na prática de psicólogas brancas e indicar caminhos possíveis para práticas antirracistas na atuação *psi*, partindo do entendimento de que a Psicologia deve assumir um compromisso inegociável com a luta antirracista. O racismo não está restrito a nossa categoria profissional, mas passa por ela invariavelmente à medida em que atuamos diretamente com as relações sociais – sendo essas construídas a partir da ideologia racista presente em nossa sociedade, como visto acima. É imperativo busquemos construir uma Psicologia ciente e implicada no enfrentamento de processos de opressão, que não reproduza levianamente discursos e posturas hegemônicas e acríticas.

2 MÉTODO

Tendo em vista os objetivos estabelecidos no presente trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo, exploratória e qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas visando o levantamento de dados sobre a atuação profissional de psicólogas brancas em diferentes contextos profissionais para entender como essas enxergam a questão racial e como – e se – têm refletido sobre seu papel na luta antirracista.

O grupo de entrevistadas foi composto por cinco psicólogas indicadas por professores da graduação da PUC-SP, que então foram contatadas via *WhatsApp* para perguntar do interesse e garantir que elas estivessem dentro dos critérios de inclusão da pesquisa. Tais critérios estabelecidos para participar da pesquisa foram: mulheres autodeclaradas brancas, graduadas em Psicologia, sendo formadas há mais de vinte anos ou formadas nos últimos cinco anos. Das entrevistadas, três estão no primeiro período citado de formação, sendo formadas na década de 1990; enquanto duas foram formadas nos últimos cinco anos, uma delas em 2020 e a outra em 2021.

A decisão pelos dois intervalos diferentes relativos ao ano de formação das psicólogas se deve ao período da aprovação de políticas públicas relacionadas ao combate ao racismo em nível nacional nos anos 2000 e 2010, como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e das Leis 10.639/2003 e 12.711/2012. Mais especificamente no campo da Psicologia, foi também só no início dos anos 2000 que o sistema de conselhos de Psicologia se posicionou sobre a questão racial e o enfrentamento ao racismo, publicando a Resolução Nº 018/2002 – como comentado anteriormente. Portanto, para nível de comparação, foi considerado importante entrevistar psicólogas formadas antes desse período e psicólogas formadas mais recentemente, a fim de possibilitar a observação dos impactos e efeitos – ou não – de políticas afirmativas na formação em Psicologia no que tange às discussões raciais.

A entrevista foi escolhida como instrumento de coleta de informações devido ao seu caráter interativo entre pesquisador e pesquisado, o qual permite acesso a significados sentidos através do discurso oral estabelecido pelo entrevistado sobre uma questão específica de interesse. Entende-se que tanto a entrevistadora, quanto a entrevistada são sujeitos da pesquisa, que estabelecem um espaço dialógico no qual os instrumentos utilizados são apenas meios que possibilitam a expressão dos participantes. Assim, cada entrevista foi orientada por

questões previamente construídas a partir da bibliografia levantada, mas não se restringiu a elas – com o intuito de não fechar as respostas das pessoas entrevistadas e as possibilidades de produção de fala e de trocas que revelem as experiências dos sujeitos em questão.

As entrevistas foram realizadas entre o mês de março e o mês de abril de 2024; quatro delas aconteceram presencialmente, em uma sala reservada da PUC-SP, enquanto uma (a quarta, na sequência em que ocorreram e serão apresentadas) ocorreu de forma remota, via *Google Meet*. Antes de dar início à entrevista, as participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice 1) que procurou elucidar os objetivos e demais aspectos da pesquisa para que cada pessoa voluntária estivesse ciente das implicações e cuidados tomados no presente trabalho. O TCLE também informou a apreciação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP – que foi aprovada pelo parecer de número 6.578.536, e CAAE de número 76373723.0.0000.5482 – e confirmou o consentimento das entrevistadas na sua participação.

Um roteiro de perguntas foi elaborado para guiar a entrevista (Apêndice 2), abordando questões para caracterizar o perfil da entrevistada e questões que levassem às reflexões de interesse da pesquisa, explicitadas anteriormente. Esse foi construído a partir do roteiro utilizado por Lia Vainer Schucman em sua tese de doutorado (2012) – com todas as mudanças necessárias adequando ao objetivo da presente pesquisa. Primeiro, foram feitas perguntas sócio-demográficas para levantamento do perfil das psicólogas entrevistadas (como idade, gênero, região onde vive, área de atuação profissional, ano de formação). Em seguida, perguntas disparadoras foram feitas para dar início a investigação descrita acima: questões que objetivavam conhecer a atuação da(o) profissional hoje e sua proximidade (ou não) com discussões étnico-raciais e, depois, perguntas sobre sua formação prévia, o currículo da graduação e cursos extras que pode ter feito ao longo de sua carreira. Entendeu-se que a ordem para a apresentação das perguntas era importante na condução da entrevista, pois algumas questões sobre sua formação prévia poderiam orientar suas respostas sobre a atuação atual, explicitando aspectos que a presente pesquisa buscou observar, caso fossem feitas primeiro.

Após a realização das cinco entrevistas, cada uma delas foi transcrita para que, então, fosse feita a análise do conteúdo obtido à luz da Psicologia Sócio-Histórica. As duas primeiras entrevistas foram analisadas a partir da construção de núcleos de significação, proposta por Aguiar e Ozella (2006, 2013). As três últimas foram analisadas a partir de três

eixos importantes para o presente trabalho (explicitados em Resultados), devido ao pouco tempo disponível para a finalização do mesmo.

Aguiar e Ozella explicitam que o objetivo da proposta é partir do empírico – levantamento feito através das entrevistas – para alcançar um plano mais interiorizado de interpretação, avançando para as zonas de sentido propriamente ditas, ao que não foi colocado explícita ou intencionalmente, mas que apresentam formas do sujeito pensar e experienciar o mundo.

Aqui, cabe destacar alguns aspectos teórico-metodológicos detalhados por Aguiar e Ozella (2006, 2013) para que seja possível uma compreensão mais adequada do procedimento adotado. Primeiramente, faz-se necessário explicitar a concepção de ser humano na Psicologia Sócio-Histórica: o ser humano é constituído na e pela atividade, numa relação dialética com a História; sendo histórico e singular ao mesmo tempo; entende-se, dessa forma, que indivíduo e sociedade possuem uma relação em que um constitui o outro, sem serem iguais. A linguagem é fundamental nesse processo de constituição do ser humano, já que os signos são meios de contato tanto com o mundo exterior, quanto com a própria consciência – sendo instrumentos psicológicos constitutivos do pensamento. O pensamento é compreendido em seu processo e se expressa através da palavra (signo por excelência) com significado. Os significados se referem aos conteúdos produzidos historicamente, compartilhados socialmente e, portanto, mais estáveis, que permitem a comunicação e socialização; porém, contém mais do que aparentam e, a partir da sua análise e interpretação, pode-se chegar em zonas mais instáveis – que se referem aos sentidos. Os sentidos são a articulação dos eventos psicológicos produzidos pelo sujeito diante de uma realidade e não se submetem a uma lógica racional externa; por isso, “a categoria sentido destaca a singularidade historicamente construída” (Aguiar e Ozella, 2013, p. 305).

Assim, a proposta dos autores para a apreensão de sentidos leva em conta a complexidade da categoria e não busca uma resposta única, completa e coerente, mas sim expressões parciais, repletas de contradições, que indiquem processos vivos pelo sujeito – ainda que não tenham sido significadas por ele. Para isso, a análise das transcrições se desdobra em três etapas, descritas pelos autores: I. pré-indicadores; II. indicadores e conteúdos temáticos; e III. núcleos de significação.

A primeira etapa envolve leituras “flutuantes” do material para que seja possível a apropriação desse, de modo a fazer um primeiro levantamento de temas mais diversos que apareceram com maior frequência e carga emocional ou ambivalências no discurso da pessoa entrevistada. A segunda etapa visa a aglutinação dos pré-indicadores – que geralmente são em grande número – em indicadores, que caminham em direção aos núcleos de significação propriamente ditos; tal aglutinação pode ser feita a partir da similaridade, da complementaridade ou da contraposição. Já a terceira e última etapa é resultante releitura do material a partir dos indicadores e seus conteúdos temáticos, já que entende-se que os indicadores só adquirem algum significado se inseridos na totalidade dos conteúdos contidos na expressão do sujeito.

Nesse processo de organização dos núcleos de significação – que tem como critério a articulação de conteúdos semelhantes, complementares e/ou contraditórios –, é possível verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e dos significados, o que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas (Aguilar e Ozella, 2013, p. 310).

Assim, com a última etapa, esperava-se o estabelecimento de um número reduzido de núcleos, que revelassem pontos fundamentais e centrais das expressões do jeito na entrevista, desvelando implicações, envolvimentos e determinações constitutivas desse sujeito. A partir dos núcleos, realizou-se uma análise tanto intranuclear, quanto internuclear, com o objetivo de explicitar semelhanças e/ou contradições que revelem o movimento do sujeito – sendo o movimento a única forma de se avançar na compreensão dos sentidos.

3 RESULTADOS

A seguir, são apresentadas as cinco entrevistas realizadas para o presente trabalho. Decidiu-se apresentá-las uma por uma, na ordem em que aconteceram. As iniciais dadas como codinome para as participantes, prezando pelo anonimato de cada uma, segue a ordem alfabética da primeira para a última entrevistada. Cada item com cada entrevista conta com uma caracterização do perfil da psicóloga entrevistada com informações relevantes sobre ela e sua atuação profissional de forma sintetizada.

A apresentação dos resultados encontrados das duas primeiras entrevistas, analisadas minuciosamente a partir dos núcleos de significação – método de apreensão de sentidos e significados (significações) descrito anteriormente –, contará com uma parte de descrição de cada um dos núcleos construídos, para só então uma articulação entre eles. Já as três últimas, que foram analisadas mais brevemente e serão apresentadas a partir dos três eixos centrais para esta pesquisa: 1. relações raciais e atuação profissional; 2. percepção de si enquanto uma pessoa branca; 3. formação em Psicologia acerca das relações raciais.

3.1 Entrevista 1

3.1.1 Perfil da entrevistada

A primeira entrevistada foi A., uma mulher cis, branca, de 26 anos. Moradora da Zona Leste de São Paulo (SP), A. foi bolsista do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde se formou em 2021. Atualmente, A. é mestranda na Universidade de São Paulo e atua majoritariamente na área da Psicologia Clínica. Sua abordagem na Psicologia é Análise do Comportamento.

3.1.2 Núcleos de significação

Como visto anteriormente, os núcleos de significação devem expressar aspectos fundamentais do discurso do sujeito e os sentidos atribuídos por ele às experiências profissionais e de formação, sob à luz do debate étnico-racial. A partir das etapas procedimentais descritas no método, chegou-se a três núcleos de significação relativos à

primeira entrevista, que revelam significações expressas pela entrevistada do seu percurso acadêmico em Psicologia, da sua vivência enquanto uma bolsista branca numa universidade particular, da sua presença em espaços políticos ao longo da sua vida e das suas reflexões relativas à prática enquanto psicóloga desde os estágios da graduação até seus atendimentos clínicos atualmente.

Os núcleos de significação construídos foram nomeados a partir das falas da participante em questão e estão indicados no quadro a seguir (**Quadro 1**), ao lado dos indicadores que lhes deram origem. Logo depois, cada um dos núcleos será apresentado de forma mais detalhada.

Quadro 1 – Indicadores que deram origem a três núcleos de significação, construídos a partir da Entrevista 1.

INDICADORES	NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - A centralidade do encontro com pessoas negras para se reconhecer enquanto branca - O silêncio e o pacto da branquitude: sujeitos brancos se ausentam do debate racial 	1. “muitas vezes não é sorte... é branquitude mesmo”
<ul style="list-style-type: none"> - Fortes afetos presentes (angústia, culpa, se sentir horrorosa...) - Repensando práticas a partir da autocrítica: o lugar do sujeito branco na luta antirracista 	2. “Uma coragem pra se vulnerabilizar e ser antirracista... ser realmente alguém que questiona sua própria branquitude”
<ul style="list-style-type: none"> - Formação insuficiente e críticas à Psicologia - Reconhecimento do processo histórico - Atravessamentos considerados na análise e intervenções: classe, gênero... e raça? 	3. “algo mais avançado do que não ter... Mas, ainda assim, eu sentia que era muito pouco”

Fonte: Elaborado pela autora.

3.1.2.1 “Muitas vezes não é sorte... é branquitude mesmo”

O primeiro núcleo de significação, intitulado “muitas vezes não é sorte... é branquitude mesmo” evidencia as significações de A. em relação à centralidade dos diferentes encontros com pessoas negras na racialização de si mesma e na sua autopercepção enquanto mulher branca. Suas falas expressam desde reflexões trazidas por amigas até momentos da atuação em que se percebia branca por não compartilhar de diferentes vivências raciais que

compunham a história de vida de pessoas negras atendidas. Em contraposição, diante de pessoas brancas, percebe a ausência da discussão racial como via de regra; o que denuncia o silêncio e a cumplicidade branca diante do racismo – o que está de acordo com os achados bibliográficos sobre branquitude.

É a partir de um texto postado por uma amiga negra que A. percebe que muitas situações de sua vida foram significadas enquanto “sorte”, mas na verdade eram privilégios concedidos a pessoas brancas. Uma dessas situações foi ter sido a única estudante da escola pública em que estudava no Ensino Fundamental a conseguir uma bolsa 100% no Ensino Médio para estudar em uma escola particular – o que considera ter sido essencial para conseguir chegar à PUC, processo esse descrito como muito duro. Revisitando esse percurso, A. passa a reconhecer que isso não foi fruto da sorte, e sim de um investimento muito maior da sua professora que a incentivava muito mais e acreditava fortemente na sua capacidade – o que não acontecia com outros estudantes que eram negros. Hoje, a participante enxerga um viés racista nesse processo:

Eu fui entendendo que coisas que eu nomeei como sorte, era branquitude. Mesmo no contexto de ser bolsista na PUC... Era ser uma bolsista branca, né? [pausa] Que me levava pra um lugar de... era sempre um lugar de... [pausa] de maior destaque... entre os meus iguais – e entre meus iguais no sentido de condição socioeconômica. Mas no sentido de raça tinha essa diferença. Então acho que... eu fui percebendo isso, e fui tentando buscar identificar onde tem branquitude nas minhas ações... [pausa] E também no meu contato com os meus pacientes assim. Isso muito claramente.

Ao pensar na sua trajetória profissional, A. destaca algumas vezes que seu olhar para as questões raciais passa a ser mais atento no contato com pessoas negras, principalmente depois da graduação, a partir dos atendimentos individuais de pessoas negras na sua própria clínica. Antes disso, a participante narra diferentes estágios obrigatórios da graduação em que atuou majoritariamente com pessoas negras, mas que a reflexão sobre raça/cor circundava, quase que de forma restrita, casos de “racismo explícito” – nas suas palavras.

Mesmo se dando conta, durante a entrevista, que grande parte dos seus estágios obrigatórios ao longo dos anos de graduação foram na área da Assistência Social e em equipamentos cuja população atendida era, em grande maioria, negra, A. conta só ter se percebido branca na atuação enquanto psicóloga em um estágio no último ano, em que trabalhou com a população migrante. A entrevistada explicitou que a diferenciação entre ela e as pessoas atendidas era tão forte que seria impossível não se estranhar e refletir sobre seu

próprio lugar. Os imigrantes não enfrentavam questões apenas relacionadas à imigração, mas também relacionadas ao que é ser um imigrante negro dentro do Brasil.

Então eu me via branca e não migrante, né? E aí eu acho que, é... essa diferenciação tava muito forte, a ponto de que eu precisava me estranhar, assim. [...] Você precisa se encontrar... [pausa] Só que pra você se encontrar no meio termo entre a cultura de uma pessoa que vem de outro país, a cultura de uma pessoa que fala outra língua... [...] Você precisa se estranhar. E aí, eu acho que foi nesse momento que eu realmente me estranhei "Ah, tá bom, olha só! Eu sou branca", né?

Já na sua atuação clínica, é no encontro com seus pacientes negros que A. conta ter percebido, com mais saliência, a necessidade de um letramento mais direto sobre raça. Com o compartilhamento, por parte desses pacientes, de momentos em que sofreram violências racistas, A. passa a assumir uma postura diferente nos atendimentos, fazendo movimentos para entender verdadeiramente o que eles trazem e sempre reconhecendo o seu lugar enquanto uma mulher branca: “Eu me vejo muito na posição de alguém que não está na mesma pele que eles”.

Quando questionada se a questão racial aparece na sua prática com pessoas brancas, a entrevistada diz que somente uma pessoa atendida, que pesquisa sobre populações indígenas e se relaciona com um homem negro imigrante, traz explicitamente esse debate. Para além dessa pessoa – que tem uma relação próxima com populações não-brancas, seja na sua vida acadêmica, seja na sua vida pessoal – A. diz que “nada tem cor” para as outras pessoas brancas que atende. Ou seja, mais uma vez é possível ver que entre grupos brancos é como se a discussão raça/cor não existisse.

Tirando essa minha paciente, que já tem um letramento muito... forte nessa questão... A maioria dos meus pacientes... [pausa] Tal como passa pela branquitude majoritária, *nunca* [dá ênfase] coloca, nunca... Não aparece cor em nada. Nada. Nada tem cor. Tudo é... um grande... [pausa] Uma grande... transparência assim, sabe?

À medida em que faz essas reflexões, A. reconhece ficar, algumas vezes no lugar de cúmplice desse silêncio e pergunta “Sabe a cumplicidade branca, assim?”. Diz inclusive que não sabe, de fato, se as pessoas com quem seus pacientes brancos se relacionam são brancos, porque nunca descrevem a cor da pele dessas pessoas espontaneamente ao longo da sessão: “E eu nunca pergunto!” conclui consigo mesma. Nota-se as inquietações e os questionamentos que A. faz ao observar e pensar sobre o lugar das relações raciais na sua prática enquanto psicóloga. A participante fala também sobre não saber como levar a questão para os pacientes brancos:

Eu acho que é alguma coisa que eu tô aprendendo... hoje, assim, tipo... nesse último tempo e também aqui na reflexão, né? Do tipo, como é que eu posso trazer essa questão? Mas realmente... (risos) é isso, né?... No fim [...] a questão racial na clínica vira uma coisa só pra pacientes negros, né? [...] E aí meus pacientes brancos, não tem questão racial, né?... Parabéns, A... (riso irônico).

3.1.2.2 “Uma coragem pra se vulnerabilizar e ser antirracista... ser realmente alguém que questiona sua própria branquitude”

O segundo núcleo de significação aglutina partes do relato que contam do movimento da entrevistada em relação ao processo de se perceber branca e como tais vivências eram apreendidas por ela enquanto sujeito. Da culpa branca autoflagelante à autocrítica corajosa, A. narrou sentimentos presentes em cada momento em que se deparou com seu próprio lugar enquanto um sujeito branco na sociedade racista em que vivemos.

A entrevistada conta que seus primeiros contatos com textos sobre luta antirracista e a questão racial aconteceram em espaços de militância que compunha no movimento estudantil; e que, naquele momento, se perceber enquanto branca passava a evocar, estritamente, o sentimento de culpa e lamentação. A. entende que permaneceu por muito tempo na “culpa autoflagelante” e que essa perspectiva a impedia de agir e se comprometer de forma efetiva com a luta antirracista.

Como eu vou dizer?... Quase que como numa perspectiva assim de... [pausa] de lamentação por ser branca assim, sabe? [...] Tem uma frase do Racionais que é tipo assim "Seu filho quer ser preto? Ah, que ironia". E aí, tipo, era quase que essa sensação assim de... “nossa, eu queria...” – é meio louco assim isso que eu vou falar – mas eu queria ser preta para poder participar desse movimento. E, como eu sou branca, eu só posso me sentir culpada aqui por... por ser escrota... por... [pausa] por ser racista em muita medida e por... [pausa] por viver privilégios que eu vivi no contexto só por conta da cor da pele. Então eu vivia de um jeito meio martirizante assim, sabe? Uma coisa meio "meu Deus do céu, que que eu faço agora?"

Em contraposição, mas ainda simultaneamente, A. começa a ter uma consciência maior do seu papel na luta antirracista a partir de novas referências, textos sobre branquitude e textos da Lia Schucman – autora citada por ela. Numa posição mais questionadora e de ação, a participante passa a entender como uma tarefa, para o resto da vida, refletir sobre sua própria branquitude e pensar como pode ser antirracista nas suas práticas pessoais e profissionais. Há, portanto, a compreensão de que não existe uma linha de chegada que

encerre a necessidade de questionar suas próprias atitudes, na medida em que sua vida inteira foi “condicionada a aprender a ser branca e ter todos os privilégios brancos”.

Comecei a ter algum letramento e compreensão de que a... [...] A ideia de que o movimento antirracista não é uma coisa da população negra. É uma coisa que também... necessariamente, me envolveria e, necessariamente, envolveria a população branca e eu, enquanto psicóloga branca também.

É possível entender, a partir dos relatos da entrevistada, que existiu – e existe ainda, de alguma maneira – um conflito grande entre a inação que acompanha a culpa branca e o entendimento de que seu papel na luta antirracista deve ser ativo – já que essa consciência não cessou a culpa imediatamente. A. avalia que só nos últimos anos, já formada, têm avançado no processo de se desvencilhar da culpa e ter um compromisso mais real com o antirracismo, questionando constantemente suas atitudes e atuações enquanto psicóloga – e lidando com os sentimentos que vêm nesse percurso.

Ao mesmo tempo, me reconhecer nesse lugar de alguém que comete uma violência é *extremamente* [ênfase] dolorido. E aí eu acho que... precisa de uma... Uma coragem pra se vulnerabilizar e ser antirracista assim. E ser realmente alguém que questiona sua própria branquitude.

Sobre suas reflexões mais recentes em relação a sua postura profissional atravessada pela questão racial, A. traz duas situações clínicas, de dois pacientes negros diferentes, em que considera ter errado em suas escolhas de intervenção por terem sido guiadas por percepções racistas que só ficaram explícitas a seus olhos depois. Em uma delas, A. diz ter deixado de escutar outros aspectos do relato do jovem negro que atende, pois entrou em um “anseio desesperado” de descrever como as vivências que ele contava estavam relacionadas com a subjetivação dele enquanto um homem negro.

Porque eu tava tão focada em... [...] Cara, como que eu vou dizer? [pausa] Em... ser inteligente na questão racial, assim, que... [...] Tipo, claro poderia ter isso, mas os aspectos que ele tava querendo trazer não era principalmente esse. Então eu acho que eu parti de uma estereotipação... que existe na nossa cultura, questionando essa estereotipação da nossa cultura, mas resumindo ele no lugar de homem negro. Quer dizer, [...] eu meio que fiz a mesma coisa que eu tava na minha cabeça questionando. [...] Como se o homem negro fosse igual a... uma generalização.

Nessa primeira situação, a pessoa atendida sinalizou verbalmente que achava que o que A. trazia sobre raça e a subjetivação dele enquanto homem negro não eram centrais no que ele estava tentando trazer; a partir do apontamento dele, a psicóloga pôde depois rever o porquê de ter interpretado de forma tão limitada algo que ele dizia. Já a segunda reflexão

relatada partiu da reação não verbal da pessoa atendida, que se fechou ainda mais – ela contou que ele já tem uma postura mais fechada, séria – depois de uma fala específica da psicóloga. Ela pontuou que a expressão dele havia mudado e perguntou o que havia acontecido; o paciente respondeu que era muito duro o que ela tinha falado e que estava difícil lidar com tudo.

E, assim, não é que... intervenções difíceis não vão acontecer, e que sentimentos difíceis não vão acontecer... Não é isso, né? Mas a questão é que eu... eu mesma... Quando ele falou isso, eu mesma senti que eu tinha passado do... do limite do razoável naquele momento de intervenção. Que eu tinha meio que atropelado um pouco o processo e o tempo dele.

Naquele momento, a psicóloga explicitou que ela poderia errar e que ele poderia contar quando achasse que ela havia passado do limite, abrindo espaço para dialogarem sobre isso. Foi quando saiu da sessão que A., se questionando por que havia sido tão dura com ele numa intervenção quando geralmente tem um *feeling* muito treinado de até onde pode ir, lembrou de uma pesquisa que concluiu que médicos dão menos anestesia para mulheres negras do que para mulheres brancas, numa suposição de que mulheres negras aguentariam mais dor.

E aí fiquei pensando assim "Nossa, eu acho que parte de eu ter errado a mão envolve uma suposição... racista de que pessoas negras aguentam mais". [pausa] E aí eu fiquei tipo assim... Meu Deus do céu. Aí, eu fiquei... eu fiquei muito mal assim... Fiquei me sentindo horrível, muito muito triste mesmo com isso.

A voz embargada na última frase do trecho transcrito acima possibilita uma maior compreensão da intensidade dos afetos que fazem parte desse movimento de autocrítica e de revisitar, mais de uma vez, o que compõe suas análises enquanto psicóloga e como diferentes atravessamentos marcam suas decisões da sua prática profissional. Nesse sentido, a “coragem para se vulnerabilizar” – citada pela entrevistada momentos antes – ganha mais contornos. O seu movimento antirracista acontece através do enfrentamento, desconfortável, do lugar confortável reservado à branquitude (Carreira, 2018). Revisitar e reanalisar sua postura diante de diferentes contextos e situações passa a ser frequente, inclusive durante a entrevista – mais de uma vez.

3.1.2.3 “Algo mais avançado do que não ter... Mas, ainda assim, eu sentia que era muito pouco”

Em relação à graduação em Psicologia e à presença – ainda que escassa – do debate étnico-racial na grade curricular, A. fez apontamentos levando em consideração o processo histórico, mas não deixando de lado a insuficiência dos tais avanços para uma formação efetivamente crítica no que tange às relações raciais em qualquer e toda reflexão.

Ao ser questionada se existia a discussão racial como parte do currículo previsto na sua formação em Psicologia, a entrevistada diz que existia apenas um semestre em Psicologia Social “que tinha como temática focalizada questões raciais”. Reconhecendo que tal proposta é mais do que já se teve no passado e que muitas grades de Psicologia até hoje não contam com nenhuma discussão prevista, A. pontua que ainda assim sentia que era muito pouco e que a discussão era muito introdutória e permanecia destacando “o óbvio”:

[...] “óbvio” no sentido do... do letramento racial assim, né? É óbvio que você não pode cometer uma violência racista explícita e óbvia, de dizer que racismo não existe, de dizer que racismo reverso acontece... De coisas assim. Era muito em uma perspectiva de dizer que a Psicologia enquanto profissão tava... [pausa] começando a colocar isso como um ponto muito central... de que... tipo assim, você precisa, enquanto psicólogo, combater o racismo. Ponto.

Para além da única disciplina de Psicologia Social que se propunha a tratar do racismo ao longo de um semestre, apenas eletivas opcionais propunham aprofundar esse debate e que, de maneira geral, esse não era um assunto tratado obrigatoriamente ao longo da graduação. As questões raciais não tinham o mesmo espaço dado, por exemplo, às questões sócio-econômicas – tanto nas disciplinas teóricas quanto em discussões dentro das supervisões de estágio. Mesmo que esse espaço para questões sócio-econômicas também não fosse tão grande assim, o atravessamento de classe era mais pontuado e debatido do que o atravessamento de raça/cor. Sobre as experiências de estágio na área da Assistência Social, em que a maioria da população atendida era negra, a participante diz que não se negava a negritude daquelas pessoas, mas também não se demorava sobre tais reflexões:

Se reconhecia ali a vulnerabilidade, só que em geral a vulnerabilidade mais associada à condição socioeconômica dessas pessoas... E a raça ficava meio... [pausa mais longa] Trazida de uma forma meio, assim, só passando sabe?

A participante estende sua criticidade à própria Psicologia enquanto área de conhecimento. Ressalta que não é possível entender o sujeito brasileiro sem entender a história do nosso país e como ele foi construído a partir da escravização de povos inteiros.

Eu acho que é uma questão, assim, de orientação sobre qual é a Psicologia que existe na graduação assim, sabe? É uma orientação que é completamente desistoricizada, tipo, como é que a gente faz Psicologia no Brasil sem entender a história do Brasil? E... [pausa] E aí se você não entende a história o Brasil, [...] você não entende a subjetivação de pessoas brancas e pessoas negras... [...] Tipo, aí fica um negócio assim "Ah, vamos colocar uma disciplina sobre racismo". Tudo bem, já é um um avanço muito significativo pra quando nem se falava sobre isso. Se a gente tem que afirmar que racismo existe... né? Dizer o óbvio é muito importante. Mas a própria estrutura inteira da forma como a Psicologia aparece já... ela já é racista. [pausa] Porque ela já é desistoricizada, ela já é apagada, ela... [pausa mais longa] Ela é problemática já estruturalmente.

Na sua pós-graduação, estudar sobre racismo e relações raciais também dependia das decisões feitas por cada pós-graduando, já que existiam disciplinas específicas com esse debate entre as possibilidades de escolha. A aproximação acaba dependendo do interesse pessoal das(os) psicólogas(os) em formação e, sendo assim, A. entende que, necessariamente, a discussão deveria estar prevista nos currículos, já que nem todas as pessoas são sensíveis a esses espaços e se aproximariam voluntariamente de referências bibliográficas, palestras e optativas sobre o assunto.

3.1.3 Análise inter-núcleo

Considerando o contexto histórico e social em que A. está inserida, é possível avançar em uma análise que revele o movimento da entrevistada enquanto sujeito no que tange o debate das relações raciais. Conforme visto anteriormente, o ser humano constrói sua identidade a partir do contexto histórico em que vive e da sua relação com o mundo ao seu redor (Ciampa, 2009, apud Filho & Santos, 2017). O indivíduo se diferencia e/ou se iguala a outros grupos sociais na relação dialética que estabelece com o mundo ao longo de sua vida e, por esse motivo, identidade é movimento e se modifica à medida que o sujeito se transforma e é transformado pela realidade. É possível identificar, a partir do discurso estabelecido por A. na entrevista, a mudança da forma como ela se percebia no mundo ao longo dos anos quando olhamos para o marcador racial.

O início do processo de racialização descrito por A. é marcado pelo encontro com pessoas negras – sejam elas amigos, colegas bolsistas ou pessoas atendidas – e o reconhecimento de que muitas vivências experienciadas por elas, caracterizadas pelo racismo, não lhe eram familiares. Num primeiro momento, sua percepção sobre questões raciais se

restringia à identificar aquele outro grupo racial do qual não fazia parte, sem se atentar para o grupo racial do qual *fazia* parte: o branco. Foi só no último ano da graduação em Psicologia que A. pensou, enquanto atuava, “Ah, tá bom, olha só! Eu sou branca!”.

A partir daí, A. expressa o conflito dos sentimentos presentes no processo de letramento: a culpa a aprisionava na lógica martirizante que a mantinha, diante da percepção de si enquanto oprimida, no exato mesmo lugar; por outro lado, com o tempo e novas referências, estabeleceu o compromisso com a luta antirracista e a necessidade de se movimentar para desconstruir o lugar que lhe foi dado pela branquitude. Para que isso acontecesse, A. evoca a coragem para assumir uma postura de fato antirracista, em que precisou – e precisará sempre – enfrentar e sustentar o desconforto, o medo e o desconhecimento, assim como defende Carreira (2018). Tal conflito e tal movimento aparecem nos núcleos 1 e 2, indicando ser A. alguém que tem realmente questionado sua própria branquitude.

Ao longo de toda entrevista, foi possível perceber a disponibilidade de A. para refletir criticamente sobre as questões propostas por mim. Desde momentos de pausa em que a entrevistada pensava sobre sua resposta e elaborava outras formas de explicitar aquilo que estava tentando trazer, até voltar e acrescentar aspectos que antes não tinham aparecido, explicitando que as perguntas feitas e as suas próprias respostas estavam gerando novos questionamentos e deslocamentos no que ela pensava sobre o debate e a sua prática profissional.

A significação dos avanços na grade curricular de Psicologia como insuficientes, explicitada no núcleo 3, é relacionada tanto com a graduação, quanto com a pós-graduação. Indo de encontro com o que Ramos e Carvalho (2022a) detalham, o cenário *psi* encontrado por A. ao longo da sua formação é majoritariamente branco, com referências e saberes eurocêntricos e hegemônicos. É relevante, aqui, destacar que A. se formou em Psicologia no ano de 2021: ainda que, no ano em que terminou o curso, fazia quase duas décadas do primeiro posicionamento do Sistema de Conselhos acerca das relações raciais e do racismo, a publicação do CREPOP intitulado “Relações Raciais: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os)” ocorreu somente um ano depois que A. havia iniciado a graduação.

Como resultado, o que se encontra é uma (quase) totalidade de disciplinas que não racializam as discussões propostas e não entendem a raça/cor como um atravessamento da

realidade brasileira em sua totalidade. O debate racial fica, assim, restrito a uma disciplina sobre racismo e algumas optativas para aqueles que tiverem interesse de se aproximar do debate. Tudo isso vai contra o que Silva (2021) e Carine (2023) defendem enquanto medidas fundamentais para a transformação da realidade de desigualdades raciais no nosso país: a adoção de epistemologias diversas que considerem a diversidade da população brasileira e que retire do centro a lógica ocidental branca.

3.2 Entrevista 2

3.2.1 Perfil da entrevistada

A segunda entrevistada foi B., uma mulher cis, branca, de 52 anos. Moradora da Zona Oeste de São Paulo (SP), B. se formou em Psicologia na PUC-SP em 1993. B. já trabalhou na área da Educação por algum tempo enquanto psicóloga, mas atualmente está na área da Assistência Social e atende também na sua clínica particular. Na Assistência Social, já passou pelo Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), pelo CRMVV (Centro de Referência da Mulher Vítima de Violência – quando esse fazia parte da Assistência) e pelo CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social). Sua abordagem teórica na Psicologia é a Psicologia Analítica.

3.2.2 Núcleos de significação

A partir da análise minuciosa da transcrição da entrevista, três núcleos de significação foram construídos. O **Quadro 2** abaixo traz tanto os núcleos de significação, quanto os indicadores resultantes do processo de análise da fala.

Quadro 2 – Indicadores que deram origem a três núcleos de significação, construídos a partir da Entrevista 2.

INDICADORES	NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Percepção de si enquanto uma pessoa branca - Ser branca enquanto uma limitação para fazer a discussão racial - Postura durante a entrevista e convocação da cumplicidade branca 	1. “ainda que não seja meu enquanto indivíduo, eu faço parte dessa sociedade, né?”

<ul style="list-style-type: none"> - O silêncio branco e a ausência das pessoas brancas no debate racial - Ser branca enquanto uma limitação para fazer a discussão racial - Reflexões sobre prática profissional e marcador racial ligadas apenas a pessoas negras 	<p>2. “O desconforto era... eles não me conhecerem e eu ser branca, né? (riso) Corre o risco de parecer preconceituoso (rindo)”</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Assistência Social como “espaço privilegiado” para a discussão racial - Ausência da discussão racial na formação em Psicologia - Enfatiza as mudanças ao longo do tempo 	<p>3. “Estamos melhorando, tá? Porque isso nem era visto”</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2.1 “Ainda que não seja meu enquanto indivíduo, eu faço parte dessa sociedade, né?”

O primeiro núcleo intitulado “*ainda que não seja meu enquanto indivíduo, eu faço parte dessa sociedade, né?*” destaca as significações de B. em relação à percepção de si mesma enquanto pessoa branca e as repercussões que tal compreensão têm na sua postura diante das pessoas e do mundo.

B. conta que nem sempre se percebeu branca no cotidiano da atuação; foi algo aprendido ao longo do tempo, pois a própria população com quem atuou, quando entrou na área da Assistência Social, fazia uma diferenciação entre os funcionários da equipe. De acordo com a entrevistada, a população se referia a ela como “doutora” e comumente passavam reto por outros colegas negros da equipe para pedir a ela para ter acesso aos benefícios pelos quais tinham direito, mesmo quando esses outros trabalhadores já tinham mais tempo no equipamento e sabiam fazer esse processo melhor do que B.

A psicóloga se lembra, então, que talvez a primeira vez que tenha se percebido branca num serviço tenha sido quando trabalhou na área da educação, contratada por uma ONG para coordenar uma equipe de educadores em diferentes escolas em que predominava a população negra. Em um desses espaços, ela relata que a diferença racial no quadro de funcionários era evidente em cargos mais hierárquicos: enquanto os educadores eram negros, assim como a maior parte dos estudantes, a direção e coordenação era composta por pessoas brancas.

[...] era muito, muito evidente porque, quando a gente entrava para trabalhar, assim... É... As crianças e os professores eram pretos e pardos, e quando a gente chegava na sala da administração era todo mundo claro. [pausa mais longa]

Assim, é possível perceber que B. se identifica enquanto uma pessoa branca no cotidiano profissional somente a partir do encontro com pessoas negras atendidas e com outros funcionários negros no ambiente profissional. Num relato sobre o cotidiano no atual serviço, a entrevistada diz que quando percebeu que existia uma divisão entre os funcionários não dita – em que os funcionários da limpeza e da cozinha sentavam separados dos psicólogos e assistentes sociais na hora do almoço – passou a ser “especialmente cuidadosa com esses funcionários”. Narra dar bom dia para eles com mais cuidado e que entende que tem que ser muito gentil com as pessoas já que todos tratam ela bem só por ser quem ela é.

Ser branca para B. é também sentido como algo que a afasta, de alguma maneira, da discussão racial. A participante entende que sua percepção sobre gênero sendo mulher, por exemplo, é muito mais intensa do que sua percepção sobre raça sendo branca. Nesse sentido, ao longo da entrevista, fica mais explícito que o ser branca é compreendido como uma limitação para sua participação na discussão racial – algo que também aparece no segundo núcleo, detalhado mais à frente. Apesar de afirmar que cada um pode ir melhorando a partir do contato com outras perspectivas e experiências de outras pessoas, B. enfatiza mais de uma vez a ideia de que “a gente cresce onde a gente cresce e a gente tem a história que tem”, demonstrando um olhar mais conformado com sua posição na sociedade. É verdade que não escolhemos os contextos históricos e sociais em que nascemos; porém, o que decidimos fazer com isso, e a postura que assumimos diante de tais contextos, diz respeito às significações que foram sendo construídas sobre a realidade social e as possibilidades de transformá-la.

Em outro momento, quando faz uma oposição entre o que chama de *racismo explícito* e *racismo estrutural*, B. pontua que o olhar em relação ao racismo presente na nossa sociedade adquiriu uma maior profundidade que antes não se tinha. Nesse momento, a participante ao mesmo tempo em que afirma que faz parte dessa sociedade – dando a entender que tem responsabilidades acerca dela – se retira de alguma forma enquanto parte intrínseca do problema:

Em determinadas situações você vai ter que lidar com desconforto, inclusive, de olhar para isso e de reconhecer... que, *ainda que não seja meu enquanto indivíduo*, que eu faço parte dessa sociedade, né? [pausa] E que eu também contribuo pra isso em alguns momentos, ainda que não me dê conta.

Os dois momentos descritos acima demonstram uma responsabilização parcial – ou até a ausência de responsabilização – diante do racismo, enquanto sujeito branco. B. não nega a existência do racismo ou a importância de discuti-lo, mas não pontua de forma crítica e

engajada o seu papel frente a ele. Apesar de citar, em outro momento, estar no lugar da “classe dominante” – fazendo aspas com as mãos – e do privilégio, B. não assume uma postura de enfrentamento ou desconstrução de tal lugar assegurado pela branquitude. A participante não ultrapassa ou desconstrói a naturalização da identidade racial branca; ela não busca romper com o que ela entende estar posto pela sociedade.

Além disso, o primeiro núcleo de significação também articula a postura da entrevistada diante de mim, outra pessoa branca. Nessa interação, destacaram-se as inúmeras expressões repetidas que me convocavam a concordar com o que era dito. Diferente do tom que comumente usamos nessas expressões para ligar falas e pensamentos à medida em que nos expressamos verbalmente, a entonação e as pausas da entrevistada ao fazer as indagações – “entendeu?”, “entende?”, “tá?”, “né?” – indicavam a busca por respostas minhas diretas. Muitas vezes, depois que eu respondia “entendi”, B. iniciava sua próxima fala com “né?!” sorrindo. Os sorrisos, os risos e as expressões faciais leves, compõem uma postura descontraída inclusive quando o que era relatado era mais duro. Essa forma de se posicionar diante do mundo e, mais especificamente, diante de outra pessoa branca, foi sentida por mim como uma convocação ao pacto social da branquitude; mesmo quando ela respondia parcialmente uma pergunta, terminava com “entende?!”, já que pensaríamos a mesma coisa sobre a situação – ex: “porque eu sou branca. Entende?!”. Era como se esperasse, de antemão, que nós estivéssemos sentindo e pensando o que era narrado da mesma maneira.

Essa sensação fica ainda mais forte ao final da entrevista, quando B. inicia a frase com “acho que é um pouco do que você falou assim, né?” e logo em seguida faz uma conclusão de algo que eu nunca falei e, na verdade, ela mesma havia dito no início da entrevista. A seguir, está a resposta quando pergunto se ela acha que, enquanto uma mulher branca, sua postura muda na atuação (destaques meus):

Acho que sim. Acho que... mesmo quando eu não percebo, sim. (risos)
 Acho que... **acho que a gente cresce onde a gente cresce e a gente tem a história que tem.** [pausa] É... o que acontece é que isso pode ir sendo... [pausa] melhorado, né? [pausa] Você pode... ir construindo a partir das perspectivas e das experiências dos outros e com os outros também, né? [pausa mais longa] É... Mas é isso, né? **Mas eu sou o que eu sou e cresci onde eu cresci** (risos).

E então a sua fala final, quando pergunto se tem algo a mais que ela queira falar antes de finalizar a entrevista (destaques meus):

Acho que é isso... **Mas acho que é um pouco do que você falou assim, né?** A gente vai ter sempre as limitações da gente, mas faz parte da vida, entende? (riso) **De quem a gente é, da onde a gente cresceu.** [pausa] Vai ter limitações. Ainda assim... cabe a gente continuar olhando pra isso e lidando.

3.2.2.2 “O desconforto era... eles não me conhecerem e eu ser branca, né? (riso) Corre o risco de parecer preconceituoso (rindo)”

O segundo núcleo aglutina sentidos atribuídos ao debate racial na atuação profissional de B., que fica sempre restrito à atuação com pessoas negras, explicitando também o silêncio branco diante da denúncia do racismo e a não implicação da população branca no seu enfrentamento. A pessoa branca permanece, assim, no lugar confortável fornecido pela branquitude, esperando, longe dos conflitos, que pessoas negras e indígenas resolvam o problema criado por elas ou digam como elas devem agir nesse confronto – armadilha descrita e sinalizada por Carreira (2018).

B. repete, algumas vezes, que a discussão racial na Assistência Social passa por tudo e está presente sempre. Porém, sua fala inicialmente se restringe à autodeclaração como um dos preenchimentos obrigatórios de questionários exigidos para o cadastro no SUAS e o acesso a benefícios. A entrevistada conta de um momento em que, no Centro POP, fez uma discussão com um senhor negro no momento da autodeclaração:

A gente fala raça, etnia, cor assim... A gente tem... no questionário. [pausa] E aí o senhor respondeu "Ah, eu sou moreno". E aí eu falei "Ó, aqui eu tenho..." E aí eu disse o que eu tinha pra preencher. E aí ele disse "Ah, então eu acho que eu sou... é... preto". Tá bom. Marquei e tal, e a gente fez uma conversa sobre isso, né? Porque preto e não moreno, né? Porque negro e não moreno... Né?

A participante não descreve muito mais como teria sido essa conversa, mas diz que é uma situação esquisita uma pessoa branca discutindo sobre raça com alguém preto. Com o tempo, quando as pessoas já a conheciam, B. sente que ficou mais à vontade para discutir autodeclaração; porém, de início era mais desconfortável. Respondendo sobre o que seria esse desconforto, B. diz:

Era ser... [pausa, respira fundo] O desconforto era... eles não me conhecerem e eu ser branca, né? (riso) Corre o risco de parecer preconceituoso (rindo) quando na verdade a gente tá querendo promover uma discussão... É... com uma proposta de olhar pra essa estrutura e lidar com ela, né? [pausa bem mais longa]

B. enxerga que pessoas brancas têm muita dificuldade de falar sobre raça. Conta de um evento sobre gênero que foi e uma mulher negra fez uma fala sobre interseccionalidade e racismo; depois que ela terminou de falar, todos ficaram em silêncio. A mulher, então, aponta que sempre que pessoas negras trazem o marcador de raça para a discussão de gênero o restante das pessoas ficam mudas. Sobre isso, B. argumenta que o silêncio é de não saber o que dizer – sem perceber que é exatamente esse o problema que a mulher negra apontava:

Mas tipo assim... [pausa] Eu entendo o mal estar dela. [pausa] Mas é um mudo do desconforto de estar neste lugar de dominação e de não saber nem o que dizer para ela... depois que ela fez toda uma fala muito adequada... e de muito... com muito estudo. Mas eu também fiquei muda, de... (suspiro/ expira alto; riso fraco) Né? De que papel a gente tem nisso, como é que a gente lida e como é que a gente transforma. O que que eu faço com isso agora, né? [pausa] Que deixa a gente meio sem palavras. [pausa mais longa]

A denúncia feita pela mulher negra no evento sobre gênero, diante da mudez de todos depois de sua fala sobre raça, era sobre a ausência constante da discussão racial entre mulheres brancas discutindo gênero, sobre a recusa dessas de pensar e falar o racismo e sobre a naturalização da categoria mulher como uma categoria “neutra”, não-racializada – o que acaba tornando a discussão sobre mulheres brancas, dentro da lógica de pessoas brancas como norma. Esse silêncio resulta no (e é reflexo do) apagamento da discussão sobre mulheres negras dentro de debates feministas de maioria branca – sendo suas demandas e realidades histórico-sociais muito distintas. Bento (2002) fala sobre a discriminação racial explícita em debates sobre gênero em diferentes espaços – grupos feministas, lideranças sindicais; a autora denuncia a indignação seletiva (que ela chama de “narcísica”), já que ela acontece apenas quando a violação de direitos afeta o grupo de pertença de quem discute: “É constrangedor o silêncio dessas mulheres sobre a situação da mulher negra” (p. 31).

Ainda que B. esboce questionamentos importantes no fim do trecho citado acima – “que papel a gente tem nisso? Como a gente lida e como a gente transforma?” –, fica explícito que a participante não buscou outras referências para que fosse possível esboçar respostas para tais perguntas. B. não narra momentos posteriores de avanços na reflexão sobre esse silêncio e esse desconforto, nem autocríticas mais profundas sobre ele para que houvesse algum deslocamento no sentido contrário do denunciado por aquela mulher. A postura das pessoas brancas no evento anuncia um posicionamento característico da branquitude: o total silêncio diante das violências produzidas e mantidas por elas mesmas. Esse silêncio pode ser

interpretado como estratégia daqueles que não querem ter que se ver consigo mesmos, já que o silêncio cristaliza e não mobiliza (Benedito e Fernandes, 2020).

Quando questionada se existiam outros momentos em que refletiam sobre relações raciais no seu trabalho na Assistência Social, além da autodeclaração, B. responde brevemente “sim”. Eu pergunto então, quando e com quem; B. reforça que é uma discussão sempre presente:

Isso passa por todos... na Assistência Social isso passa por tudo. Passa por uma discussão... é... com os funcionários... [pausa] Existe uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial que chegou a dar curso sobre isso... Mas antes da Secretaria a gente já discutia. [pausa] Passa por uma... passa por fazer grupos com os atendidos... É um tema. É... algo que a gente fala a respeito. [pausa mais longa] Não é um tabu. É um tema.

Em relação aos grupos feitos com os munícipes, B. diz que faz parte de ações que costumam ter: a equipe planeja grupos com a população para trabalhar determinados temas que consideram relevantes – como serviços de acolhimento, gênero e racismo. Quanto ao grupo feito para falar sobre racismo, a participante responde que não participou. O critério utilizado para escolher quem da equipe participaria da roda foi exatamente o racial: “porque não dá para ir a equipe inteira, a gente priorizou mandar os colegas negros pra fazer discussão de racismo”. Contudo, B. destaca depois de um momento de silêncio que a preparação do grupo é feita por todos e que existe espaço para discordarem dela e a corrigirem, se for o caso.

Já em relação à atuação na clínica, B. responde bastante hesitante sobre seu olhar para a questão racial, concluindo que não é algo que aparece prontamente:

Eu acho que sempre teve lá [a questão racial na clínica], e de primeiro eu não percebia... [pausa mais longa] Não sei. Acho que não percebia é uma palavra boa... [pausa] Não sei se tem... enfim. [pausa mais longa] É... Eu acho que... [pausa] Assim, na clínica, esse não é um tema que aparece de cara, embora... Eu recebi uma moça que, de cara, ela – em uma das primeiras sessões – ela conta "A minha mãe é negra e por conta disso a família do meu pai nunca recebeu bem ela" [pausa].

O único momento relatado em que a questão racial apareceu na clínica se refere a uma fala direta de uma pessoa atendida negra, que trouxe o tensionamento racial a partir do casamento interracial dos seus pais e o racismo sofrido pela mãe por parte da família do cônjuge por ela ser negra. B. conta que mesmo tendo conhecido os três – mãe, pai e filha – em seu consultório antes da fala, a cor/raça deles não foi algo que ela olhou até sua paciente trazer. Como parte do que parece ser uma tentativa de se justificar, B. diz que a pessoa atendida é parda “mas, assim, com o cabelo de escova... não era uma coisa que você diz

‘Nossa!’. [pausa] Não era uma coisa gritante, tá?...”. Hoje, a participante diz que as duas falam explicitamente a respeito da questão racial a partir também de experiências de trabalho dela e de barreiras que enfrenta na busca por promoções de cargo sendo uma mulher negra.

Quando pergunto como B. caracterizaria as pessoas que ela atende na clínica, entre pausas prolongadas de silêncio, a participante responde que a maioria é branca. Entre essas pessoas brancas, B. diz – de forma breve – que a questão racial não aparece. Questiono, então, se o atravessamento de raça/cor entra nas reflexões feitas por B. de maneira geral, e essa responde que sim, que é algo que passou a olhar não só no trabalho mas na vida.

[pausa] Agora sim [questão racial entra nas suas reflexões]. [pausa] O que eu vejo... É... Na vida é uma coisa que eu passei a olhar, né? Na minha vida, não só no meu trabalho, mas na vida. Uma coisa que eu passei a prestar... [interrompe] Quando eu falo, né? Da hora do almoço, não é... não é exatamente o trabalho. É relacionamento com colega, né? É uma outra coisa. Então eu passei a olhar para isso. Passei a... [pausa mais longa] É que depois que você toma consciência, né? A consciência é um caminho sem volta.

A participante relata, nessa hora, um momento de sua vida pessoal em que a questão racial apareceu, pois as raízes africanas do samba foram apagadas de uma apresentação do colégio de sua filha. Porém, B. não cita nenhum momento específico em sua atuação em que o marcador racial fez parte de suas reflexões e traz a ideia de que ser branca faz com que seja diferente para ela tratar da discussão racial, pois não é algo que a fere diretamente – no entendimento discutido no primeiro núcleo. Ainda que considere perceber mais do que a média a questão racial por trabalhar com isso de alguma forma, B. entende que ser branca traz limites para sua percepção sobre o assunto.

3.2.2.3 “Estamos melhorando, tá? Porque isso nem era visto”

O terceiro e último núcleo de significação aglutina trechos do relato de B. sobre sua formação e que contribuem para entendermos os sentidos atribuídos por ela às mudanças que enxerga relacionadas à discussão racial ao longo dos anos de carreira. Mesmo que identifique outros momentos em que se viu diante do debate sobre raça e racismo, a participante destaca a centralidade do trabalho na Assistência Social para seu contato mais direto com o assunto.

Sobre o fato de não haver a discussão acerca das relações raciais quando se formou em Psicologia, B. pontua que isso refletia a época. A entrevistada lembra que se falava um pouco

mais sobre gênero, em “um olhar pra frente de seu tempo”; mas que o debate sobre racismo não estava no currículo e não aparecia. Foi no mestrado em Ciências da Religião, dez anos depois de formada, que viu dentro da academia alguma presença a partir da conversa sobre cultura popular e raízes africanas das danças – área da sua pesquisa.

De 93 para 2003 são 10 anos. Então 10 anos depois essa discussão tá lá! E de lá para cá essa discussão acontece, mas quando eu falo eu não acho que é uma coisa descolada da sociedade, entendeu? Eu acho que socialmente isso foi mudando. Essa é uma discussão que agora ela acontece, antes não acontecia. Acontece na Globo, no telejornalismo. Tá lá, né? [pausa] E eu acho que antes não tinha. A gente agia como se não houvesse racismo. [pausa mais longa] Racismo era quando você xingava alguém. Ponto. [pausa] Ele não tava lá, se você não xingasse (risos). Né? [pausa] Não tinha esse olhar pro racismo estrutural. [pausa mais longa]

O trecho acima dá indícios de um aspecto muito presente ao longo de toda entrevista: B. frisa que a mudança que aconteceu com o passar dos anos foi social, e não pessoal – sempre num tom valorativo. A ideia de que “é uma mudança de perspectiva maior do que eu”, vai ganhando outros sentidos à medida que B. a destaca repetidas vezes, como:

Não é que, assim, eu mudei, entendeu? Eu mudei junto com o mundo. Eu não acho que eu fiz uma coisa muito especial. O mundo mudou e como eu continuei trabalhando nesse mundo, eu também fui olhando coisas que antes eu não via (riso).

E também:

Mas, agora, eu acho que é uma questão que não é só minha. É uma questão social mais ampla, entendeu? A sociedade mudou *muuito* [ênfase]. Eu não sei se você tem um recorte de datas aí – talvez isso apareça nas suas entrevistas. A sociedade mudou muito! A gente olha diferente para isso hoje. [pausa]

Percebe-se um engrandecimento dessas mudanças: para B., ainda que “devagarzinho”, o mundo mudou muito acerca das relações raciais. Numa análise da estrutura da fala, a ênfase é dada à mudança e não ao ritmo, que é admitidamente lento – ao contrário do que foi visto na primeira entrevista, por exemplo. Para B., existe um avanço na discussão que deve ser exaltado, ainda que tal processo seja lento: “[...] Tem coisas para serem ajustadas... Estamos melhorando, tá? Porque isso nem era visto”.

Ao ser questionada sobre a necessidade ou não de se debater relações raciais na graduação em Psicologia, B. afirma que deveria sim ser algo previsto nos currículos.

Eu acho que deveria. Em algum... Não sei se você precisa de uma disciplina para lidar com isso, mas talvez... É... você ter previsto... dentro do

conteúdo de alguma disciplina, né? Talvez no da Psicologia Social, por exemplo, entendeu? [pausa] Mas não precisa. [pausa mais longa] [...] Mas acho que caberia como um tema transversal, sabe? [pausa] Assim, das diferentes disciplinas poderem ter um momento em que elas tratam... de ter uma aula em que elas tratam deste tema. E a gente vê nas diversas abordagens, como é que se lida com isso, né? Entende? [pausa]

Ainda que traga a ideia de ser uma discussão transversal nas diferentes disciplinas, B. fala de ter uma aula em que sejam usadas referências do como cada área e/ou abordagem está vendo as relações raciais – como a Psicanálise enxerga isso, como a Psicologia Social enxerga; o que os autores referências das disciplinas estão pensando sobre. Ou seja, há uma ambiguidade entre a defesa como algo transversal das disciplinas e a ideia de que uma aula seria suficiente para debater a questão.

3.2.3 Análise inter-núcleo

Considerando o contexto histórico e social em que B. se formou e está inserida atualmente enquanto psicóloga, pode-se avançar em uma análise que busque o movimento dela enquanto sujeito no que tange as relações raciais. É inegável a aproximação com a questão racial a partir do seu trabalho na Assistência Social; porém, é preciso questionar se o contato com discussões sobre raça e racismo são suficientes para o deslocamento do sujeito num sentido mais ativo na luta antirracista.

B. responde prontamente de forma afirmativa que se percebe branca no cotidiano da atuação – como foi possível observar na descrição do núcleo 1 – e que essa reflexão foi ganhando profundidade com o tempo para se pensar a atuação – como detalhado no núcleo 2. Nesse mesmo sentido, B. repete diversas vezes que a questão racial passa por tudo no seu trabalho na Assistência Social, mas segue com respostas vagas sobre quais são as discussões feitas de fato e os posicionamentos específicos escolhidos para intervir levando raça/cor em consideração. Fora a autodeclaração e um caso específico relatado desse momento, B. não descreve ou nomeia nenhuma outra situação em que a questão racial seja olhada e influencie suas reflexões sobre a prática profissional.

Costa (2023), em sua dissertação sobre as relações raciais e a Psicologia Clínica, reflete sobre momentos em que não há uma negação do racismo ou do impacto da branquitude

na atuação enquanto profissional, mas não se consegue identificar situações em que isso está presente e indicadores usados para que tal processo de identificação fosse possível.

Dizer que o racismo afeta “tudo”, sem dizer como e onde o racismo está, é similar a dizer que o racismo não afeta em “nada”. Dizer que a branquitude afeta “tudo”, sem se repensar e sem se implicar no que isso significa, não diz nada, pois não sabemos como e onde a branquitude afeta o trabalho clínico (p. 124).

Mesmo discorrendo mais especificamente sobre a clínica psicológica, tal questionamento pode ser levado para a atuação de psicólogas em diversos contextos. No contexto histórico atual em que existe uma maior discussão sobre questões raciais e posicionamentos mais presentes do Sistema de Conselhos da Psicologia sobre racismo, negar sua existência diretamente talvez seja menos frequente do que já foi um dia. Porém, somente admitir sua existência e suas repercussões no olhar e nas ações tomadas não é suficiente para se apropriar das suas próprias vivências de forma racializada e ser capaz de racializar o trabalho enquanto profissional da Psicologia.

Assim, existe uma contradição no discurso de B. entre o que ela anuncia de avanços no seu olhar acerca das relações raciais e o que ela de fato discorre com profundidade. Ainda que a entrevistada afirme que tenha adquirido um olhar mais aprofundado sobre o debate com o passar dos anos – como aparece em cada um dos núcleos descritos, tanto num âmbito pessoal quanto profissional –, há pouca profundidade nas significações enunciadas por ela durante a entrevista. Tal discurso mascara, num primeiro momento, a ausência de uma responsabilização, de fato, dela enquanto pessoa branca diante do racismo. Não há um questionamento sobre seu lugar na luta antirracista ou sobre o desconforto sentido no debate racial; o que impede o compromisso com a desconstrução dos privilégios postos pela branquitude e o enfrentamento efetivo ao racismo.

Fica explícita que a falta da discussão na graduação, num período anterior ao posicionamento do CFP no que tange relações raciais e a ausência de produções que sinalizassem caminhos para a atuação profissional nas relações raciais – além da não aproximação com referências atuais de pesquisadoras(es) discutindo a questão – marca a atuação profissional de B.

3.3 Entrevista 3

3.3.1 Perfil da entrevistada

C. é uma mulher cis, branca, de 27 anos, moradora da Zona Oeste de São Paulo. A terceira entrevistada se formou em Psicologia no ano de 2020, na PUC-SP. Atualmente, ela atua principalmente na clínica, mas também é tutora de alguns estudantes de uma escola que já trabalhou. Sua abordagem é Psicologia Analítica, área na qual faz uma pós-graduação no momento.

3.3.2 Eixos centrais para presente pesquisa

3.3.2.1 As relações raciais e a atuação profissional

O primeiro eixo temático encontrado a partir da transcrição da terceira entrevista diz respeito à atuação clínica de C. e as reflexões feitas por ela sobre sua prática no que tange às relações raciais. Já de início, é possível afirmar que a questão racial na clínica fica quase exclusivamente referida a pessoas negras atendidas. C. destaca como tal discussão apareceu nos atendimentos de diferentes pessoas negras – que são minoria no perfil das pessoas que atende hoje – e descreve com mais detalhes o caso de uma criança negra que tem sido apontada como um problema por sua escola de maioria branca.

Diante deste caso, C. tem feito movimentos, juntamente com a mãe da criança, para trocar com a escola e fazer uma discussão racializada. A participante entende que o menino não é estigmatizado apenas por ter determinados comportamentos, mas por receber um olhar e um tratamento distinto dos professores, que parecem ter uma tendência a reagir de formas mais negativas diante de qualquer movimento da única criança negra da série. Nesse sentido, C. enxerga a necessidade de uma postura mais ativa com a escola, que nega que a questão seja racial, insistindo que a questão é somente seu comportamento destoante em relação às demais crianças.

Quando questionada sobre as outras pessoas que atende, que são brancas, C. diz que é mais raro que a discussão racial apareça. Nos poucos momentos em que aparece, a entrevistada caracteriza como reflexões vindas de um lugar distanciado, intelectualizado, de uma pessoa branca “olhando de fora” e explica:

Supondo o que pode ser a vivência da pessoa negra. E do tipo... num movimento, às vezes, quando eu digo... né? Que vem como reflexão do

tipo... uma... uma outra menina jovem que eu atendo, refletindo... Sei lá... Falando sobre o que ela tá estudando na faculdade e aí ela traz, né? Tipo "Ah, é, não porque o racismo estrutural lá lá lá..." Mas é... um pouco no lugar... Intelectualizado, sabe? Porque, o que eu vou percebendo é... que o contexto dessas pessoas é muito fechado, assim. [pausa] E acho que os meus também. [pausa]

As pessoas brancas permanecem num lugar somente discursivo quando falam sobre racismo, sem de fato estarem implicadas na discussão, escondendo-se atrás de falas intelectualizadas que as protegem da perda dos privilégios característicos da branquitude. É possível perceber também, por trás desse discurso, que o debate racial é ainda entendido por C. como um debate sobre pessoas negras – no qual as pessoas brancas não são racializadas da mesma maneira que outros grupos raciais: discutir raça/cor é falar do Outro, e não de si mesmo.

Em relação às intervenções que faz diante desses relatos de pessoas brancas, C. diz – depois de pensar por algum tempo – que depende muito da pessoa que está atendendo e da demanda que ela traz. A participante, então, faz uma distinção entre o caso da criança do colégio (citada anteriormente), que pressupõe que ela se posicione, fale com a mãe e com a escola; e casos que aparecem como um “mecanismo da pessoa” em que o manejo deve pensar o que é relevante para a pessoa que está trazendo tal assunto. Para exemplificar esse segundo caso, C. retoma o exemplo de um homem jovem branco que atende e que sente muito medo de ser uma “pessoa má” (palavras dele) por ter pensamentos violentos – entre eles, pensamentos racistas. De acordo com ela, nesse cenário, o manejo é primeiro acolher o que ele está sentindo para que ele possa acessar esses conteúdos que antes não conseguia nem dizer em voz alta. A entrevistada conclui:

Então tem isso também. Na clínica, eu acho que tem, muitas vezes, alguns limites... Dependendo de quem que você tá ouvindo, do que que você pode mexer e articular, quando surge algo de uma questão racial, por exemplo.

3.3.2.2 Percepção de si enquanto pessoa branca

A partir da pergunta sobre sua percepção de si enquanto uma pessoa branca, C. diz que se percebe branca mais em momentos em que está com pessoas negras. Na atuação, em que a população com quem atua é majoritariamente branca, a participante relata que não é algo que passa tanto pela sua cabeça, diferente do aspecto sócio-econômico, por exemplo. Diz que

percebe também que os espaços que ocupa enquanto psicóloga são muito brancos e que é raro ela trocar com pessoas não brancas.

Mais especificamente sobre o processo subjetivo de racialização, C. descreve algumas diferenças que percebe ao longo do tempo. Na faculdade, conta ter vivido muito o sentimento de culpa por ser uma pessoa branca e que, com as experiências na atuação profissional – destacando as pessoas negras que atendeu – e “um lugar de amadurecimento pessoal”, isso foi mudando. A entrevistada expõe como o sentido da culpa que sentia foi se transformando: antes, a colocava como alguém com empatia, que recebia o acolhimento de outras pessoas brancas; hoje, vê que essa culpa invertia papéis e tenta entender qual é a sua responsabilidade no debate racial.

Assim, a culpa, pra mim – como eu tenho visto ela – é um pouco... [pausa] Ah, ela é meio inerte! (risos) Ela é meio inerte e ela inverte as posições, na verdade. Porque eu senti culpa em algum lugar meio bizarro e distorcido e ia me colocando no lugar de vítima. Quase como se a minha culpa fosse suficiente para eu não ser racista... [pausa] Tipo "Ah, já que eu sinto culpa, eu tenho empatia" E... "Ai, nossa, mas é tão difícil! Eu não posso fazer nada". E aí... aí você fala sobre essa culpa e... as pessoas brancas ao seu redor te acolhem e falam "Não, mas é isso! É muito maior que você; é estrutural".

Aqui, faz-se relevante destacar o movimento descrito por C. do grupo de pessoas brancas que acolhem e retiram a urgência de ação diante do racismo quando outras pessoas brancas se expressam sobre o assunto, usando a compreensão limitada sobre racismo estrutural para se ausentar de responsabilizações que devem passar pelo âmbito individual também quando pensamos nossa postura diante da realidade. Há um processo de naturalização do racismo nessa postura, pois dá a entender que não existe o que possa ser feito para romper com a lógica posta já que “é muito maior que você”.

C. salienta, então, que a prática clínica, principalmente com o caso da criança negra atendida, tem feito com que ela assuma um lugar de responsabilidade e de se posicionar; mas que isso também avança para sua vida pessoal. De poder se perceber racista e se perguntar o que vai fazer com isso, saindo da inércia total que a culpa traz. Mesmo assim, C. não descreve ou detalha o que tem feito quando tenta sair dessa paralisação vinda da culpa.

3.3.2.3 Formação em Psicologia acerca das relações raciais

Em relação a sua formação em Psicologia e a presença (ou ausência) da discussão das relações raciais ao longo da graduação, C. aponta semelhanças com outros espaços pelos quais passou desde a infância e tece críticas ao lugar colonizado do ensino no Brasil, da Educação Infantil ao Ensino Superior. A entrevistada relata ter tido pouquíssimo contato com pessoas negras ao longo da sua vida nos espaços de socialização e educação pelos quais passou e pontua novamente a postura de pessoas brancas debaterem a questão racial de um lugar “intelectualizado”, a partir de seus contextos restritos, supondo o que era a realidade da população negra no país.

Ainda que na universidade tenha tido contato com algumas pessoas negras que discorriam mais sobre raça e racismo de forma “mais próxima”, C. considera que o debate permanecia de alguma maneira no lugar distanciado e intelectualizado dentro da sala de aula – e que acontecia sempre em menor frequência se comparado ao debate sócio-econômico. Aqui, mesmo que a crítica a um antirracismo restrito ao discurso intelectual deva ser feita, é importante salientar a ideia presente de que falar sobre raça e racismo é um debate para pessoas negras e feito por pessoas negras. Mesmo em suas falas mais críticas, C. não fala sobre antirracismo, branquitude e qual é então o lugar de pessoas brancas no debate racial.

Ao falar mais especificamente da grade curricular do curso de Psicologia, C. conta que o debate racial era proposto apenas na Psicologia Social e que, mais para o final da graduação, essa discussão acontecia nas supervisões, dependendo da população atendida e do campo de estágio. “No fim das contas, aparece muito pouco”, conclui ela. A entrevistada salienta que nas disciplinas teóricas, de diferentes abordagens da Psicologia, a discussão não aparece “porque a gente tá falando da construção do pensamento psicológico... que é epistemologicamente europeu e que... não tem nada de discussão sobre isso, né?”. C. salienta que a Psicologia, enquanto ciência e área de conhecimento é europeia e não considera a realidade brasileira a princípio.

Ao ser questionada se sentia que essa bagagem é suficiente para pensar em atravessamentos de raça/cor nas intervenções práticas, C. diz que nunca é suficiente o que se aprende na graduação, que sempre vão surgir novas demandas no trabalho profissional e que vão exigir que você busque outras fontes de conhecimento depois de formada. A participante acredita que essa sensibilidade e responsabilidade necessárias para ter como essencial a compreensão do contexto da pessoa e da instituição para atuar enquanto psicóloga foi algo que aprendeu sim na universidade.

Mas não, eu não tenho... ferramentas pra... [pausa mais prolongada] Lidar com... [pausa] Todos os casos que... surgem, assim... E... nessa questão, né? Das relações raciais... acho que é isso... É isso. É muito particular... [pausa] Apesar de ter algo de estrutural que... é isso, que eu posso ter aprendido... e estudado... Mas que sempre vão ter... nuances muito singulares e que... eu vou precisar... tipo ir... pensando aquela hora, sabe? Naquele momento; tipo... nesse... nesse cenário assim.

3.4 Entrevista 4

3.4.1 Perfil da entrevistada

D. é uma mulher cis, branca, de 55 anos, moradora da Zona Leste de São Paulo. A quarta entrevistada se formou em Psicologia na FMU, em 1991. Ela fez mestrado e doutorado na interface Educação e Saúde, na UNIFESP. D. trabalha há mais de 20 anos como psicóloga escolar em uma escola particular; e atualmente é professora e supervisora em uma universidade particular no curso de Psicologia, e coordenadora de um curso de pós-graduação *Lato Sensus*.

3.4.2 Eixos centrais para a presente pesquisa

3.4.2.1 As relações raciais e a atuação profissional

No primeiro eixo, que concerne ao lugar das relações raciais na prática profissional da entrevistada, a quarta entrevistada destaca os diferentes cenários de atuação e suas particularidades, desde seu trabalho na universidade – enquanto professora, supervisora e coordenadora – até seu trabalho enquanto psicóloga escolar na rede particular de ensino. Para ela, a questão racial aparece mais nas discussões dentro da universidade do que na escola em que trabalha há vinte anos.

D. afirma que traz a discussão para disciplina que leciona em uma aula específica para pensar nisso em interface com a Educação e que, como supervisora de estágio, já desenvolveu projetos antirracistas nas escolas – apesar de não ser comum, porque as escolas não trazem diretamente, de acordo com a participante, “um trabalho específico sobre racismo” enquanto demanda. Na sua disciplina teórica e nos seus estudos, D. diz estar tentando desenvolver e se posicionar considerando a raça/cor da população com quem atua, trazendo o conceito da

interseccionalidade quando faz discussões sobre a questão da deficiência – que é sua área de pesquisa e atuação, pensando a educação inclusiva.

Também trago pra essa questão mais transversal no processo. [pausa] Todo momento de ação e reflexão. [pausa mais longa] Não sei se eu respondi, mas é por aí, né? (riso)

Enquanto psicóloga escolar, D. diz que as relações raciais não aparecem explicitamente; talvez em situações mais veladas, de percepções racistas em que tem que fazer tentativas de desconstrução. Nesse sentido, D. dá um exemplo – com muitas pausas e o que parece ser uma hesitação de como falar – em que interpretou a postura da diretora do colégio como preconceituosa diante de uma jovem negra num processo seletivo. Apesar de contar seu posicionamento depois do acontecimento e de sua tentativa de ampliar o olhar restrito que a diretora demonstrava, D. não nomeia para ela o racismo e não conta sobre repercussões que essa compreensão pode ter tido para que pensasse intervenções e discussões futuras com a equipe da escola como um todo.

Não sei... Aí eu achei que... que podia... ter algo que ela... Nem ela tava acessando direito, mas podia ser uma situação de racismo, né? [pausa] Tanto que depois eu tento... Né? Trabalhar isso ou falar isso. Não diretamente a ela, não diretamente é... a questão... Mas tentando... ampliar... o olhar que ela tava tendo, né? Que... que a gente tava realmente falando de uma mulher, preta, trabalhadora, que... realmente pode ter menos oportunidade... [...] Mas eu achei que tinha uma interconexão entre as coisas. E aí eu fiz questão de afirmar de que lugar essa pessoa tava falando, né? E da importância de entender esse lugar que ela fala pra gente não fazer um recorte... É... Sendo de exclusão. [pausa]

Sobre os estudantes, crianças e adolescentes, da escola, D. entende ser mais raro aparecer a questão racial. Diz não ser evidente nem cotidiano; seria “alguma situação ou outra”, mas também não especifica que situações seriam essas – ainda que incomuns, segundo ela. Eu, então, volto a perguntar da raça/cor dessas pessoas, estudantes e funcionários; D. responde que a maioria é branca e completa: “mas, assim... eu também não... não... tenho... não tenho isso, né? (risos) Mapeado, né?”. Assim, a compreensão é de que espaços de maioria branca não são espaços marcados pela raça/cor e, portanto, esse debate não apareceria. Essa ideia é fruto da naturalização da identidade racial branca; decorre da ideia do sujeito branco enquanto neutro e, portanto, quem tem raça são os outros.

É possível perceber também que, ao ser questionada se as relações raciais apareciam na sua atuação e nas suas reflexões enquanto psicóloga, D. discorre sobre a existência ou não de casos de racismo – como se o debate racial na educação se restringisse ao manejo de casos

específicos de racismo que já aconteceram e não à construção de projetos antirracistas e projetos que trouxessem para o cotidiano escolar a diversidade racial como algo a ser celebrado. Carine (2023), ao discutir como lidar com casos de racismo nas escolas, defende que a lógica de individualizar opressões, como o racismo, só prejudica o enfrentamento delas; tratar um ou outro caso de racismo como casos individuais, algo pontual, que não diz nada sobre o ambiente escolar como um todo, não é suficiente. É preciso que se pense currículo, quais histórias sobre populações negras e indígenas estão sendo contadas, qual a representação de pessoas negras nas literaturas utilizadas na escola, qual estética adotada pela escola em folhetos, nas paredes e divulgações online, qual a cor dos profissionais que ocupam os cargos da direção, da administração e da coordenação, entre tantas outras indagações urgentes.

Como havia comentado que a discussão racial aparecia nas reflexões da supervisão, pergunto como D. pensa sobre isso nesse contexto. A entrevistada, então, conta de um relato recente de uma das estagiárias que trouxe uma fala de uma criança branca, num colégio elitizado da Zona Sul de São Paulo, para sua professora negra (uma das únicas da escola), em que comparava o cabelo da professora com o cabelo da sua empregada. D. diz que todos ficaram muito mexidos com a narrativa e se questionando como para algumas crianças era muito distante outras representações e experiências diversas de pessoas negras, mesmo que as crianças hoje tenham, de acordo com a entrevistada, “mais oportunidade de circular em espaços interraciais” do que ela teve, por exemplo, na sua infância.

Acho que as crianças até tem mais acesso [a outras representações de pessoas negras na mídia e no cotidiano], mas... chamou bastante atenção da gente esse fato narrado pela professora, né?... Esse lugar que ela referencia, né? Um lugar ainda... subalternizado. Então, um certo... Ao mesmo tempo, uma comparação... [...] A criança não trouxe isso, mas a professora trouxe isso, né? Essa... perspectiva de... [pausa] Ao comparar... Né? Anunciar algo também sobre o lugar que se ocupa. E nós refletimos bastante isso.

D. não conta os caminhos exatos que as reflexões a partir desse acontecimento levaram o grupo da supervisão e se intervenções específicas foram pensadas naquela escola, além de um acolhimento à professora que relatou o ocorrido. Vale também sinalizar aqui que, ainda que D. diga que “a criança não trouxe isso” e sim a professora, é preciso salientar que a comparação feita pela criança aponta um imaginário racista ensinado para todas as pessoas de uma sociedade estruturalmente racista como a nossa, em que pessoas negras ficam restritas a representações de lugares subalternizados: é a fala da criança que anunciou isso, não uma

interpretação individual da professora a partir do que ela sentiu com o comentário – mesmo que o que ela sentiu nos confirme a conotação da comparação.

3.4.2.2 Percepção de si enquanto pessoa branca

Apesar de responder, prontamente, que se percebe branca no seu cotidiano de atuação, D. não entende e depois acha graça da pergunta que tenta aprofundar em que momentos ela se percebe branca. Hesitante na resposta e me indagando algumas vezes, é possível perceber tanto o lugar de norma dado a pessoas brancas pela branquitude, quanto uma busca pela confirmação e aceitação minha nas respostas que dava – o que estaria relacionado à postura de pessoas brancas umas com as outras, formando um pacto social de proteção entre elas (Bento, 2002).

Em... em que momentos?... Que me percebo branca? [pausa] Não sei se... se eu entendi a sua pergunta... Né? (sorri achando graça) Acho que... Me... me... A minha constituição subjetiva é de uma mulher branca hoje, né? De uma criança branca, de uma mulher branca. [pausa] Na minha família também, né? [pausa] Em termos de origem, né? Então... [pausa] Acho que a minha história é essa... [pausa] Não sei te dizer como eu percebo... Não é uma coisa que eu fico... a todo tempo pensando (risos). Óbvio que ninguém fica, né?

Logo depois, D. conta que passa a ter mais consciência das questões raciais quando entra na universidade. Diferente da Educação Básica, em que esteve rodeada basicamente por pessoas brancas – tanto estudantes, quanto professores – apesar de estar em um contexto de periferia, D. diz ter mais contato com reflexões sobre a constituição subjetiva das pessoas quando entra na universidade. Apesar dessa fala, na década de 1990 não havia políticas afirmativas que trouxessem uma maior diversidade racial para seus anos de graduação e posteriormente D. diz que não houve nenhum momento em que a discussão racial foi feita quando cursou Psicologia – aspecto analisado mais de perto pelo terceiro eixo. A participante também traz o contexto de ditadura em que se encontrava o país na época em que esteve no nível básico e que isso não era uma pauta. Atualmente, já enquanto docente na universidade, D. enxerga uma diferença grande nesse cenário do Ensino Superior, mesmo que mude muito o perfil dos estudantes dependendo do *campus* e da região em que esse está localizado.

Ao final da entrevista, D. demonstra interesse em saber do presente trabalho quando estivesse finalizado, afirmando a importância das referências nessa discussão e da necessidade de pessoas brancas serem “mobilizadas, provocadas” para um engajamento frente às relações raciais:

Porque, sem dúvida, acho que como uma mulher branca, a gente... Como, né? Mulher, uma pessoa branca, né? Acho que a gente vai... É... [pausa mais longa] Não sei, tô dizendo de mim, né? [pausa] Talvez... É... Precisando ser... Mobilizada, provocada... pra esse engajamento acontecer a todo momento, né?

3.4.2.3 Formação em Psicologia acerca das relações raciais

O terceiro eixo diz respeito à formação de D. ao longo dos anos e as diferenças que ela enxerga com o passar do tempo desde sua graduação em Psicologia em 1993. Diante da pergunta sobre a presença da discussão no currículo quando se formou em Psicologia, a entrevistada responde categoricamente: “nenhuma”; e reforça a resposta quando pergunto se nem por parte das estudantes, em supervisão: “não, também não”. Sobre outros espaços em que possa ter se aproximado do debate racial, D. diz que profundamente não se aproximou dessa discussão e que escolheu outros caminhos de estudos. Conta de duas especializações feitas em que, a partir do contato com a população atendida, pensava-se quem eram essas pessoas e a raça/cor entrava como um marcador relevante. Já no seu mestrado e doutorado, diz que fez as discussões por outras vias e não articulou explicitamente com a questão racial. D., então, conclui:

Acho que é uma falha mesmo na minha formação... Talvez uma falha na minha formação... pessoal e profissional, né? [pausa] É... [pausa] Pessoal, assim, tipo isso... A vida tá aí, a gente... Tô batalhando pelas coisas...

Conta que foi conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e que a gestão da qual fazia parte se posicionava sempre nas pautas antirracistas; entende que seus posicionamentos por lá representavam o Conselho como um todo e, então, consegue trazer problematizações e fazer a discussão, mas não consegue “fazê-la na profundidade, por não ter estudado mesmo... profundamente isso”.

Hoje, entende que a discussão tem que ser transversalizada na graduação, passando pelo currículo todo: na área da saúde, da educação, na clínica; é preciso trazer a pauta antirracista. Diz não saber como os professores têm feito essas discussões nas suas áreas de

atuação, mas que espera que isso esteja acontecendo e sendo problematizado pelos seus colegas de profissão.

Mas acho que sim, né? Pra que a gente possa... ãhn... [pausa mais longa] Qualificar aí a formação das pessoas... [pausa] Não passando sem... Nessa conjuntura atual, no momento que vivemos, né? Não dá para passar pela universidade e não ter pensado nisso, por exemplo, na clínica, né? [pausa] O que é e como é... né? Estar num atendimento a... uma mulher negra... um homem negro, né? E quais são... [pausa] Então, os marcadores sociais, né? Que vão produzir efeitos neles que seria diferente dos produzidos em outra pessoa... não-negra. [pausa]

A participante destaca que o acesso de pessoas negras à universidade, que passam a ocupar a universidade e trazer outras perspectivas, é muito importante para novas construções teóricas e novas pesquisas: “hoje a gente tem muita literatura pra consultar... pra subsidiar o trabalho docente”.

Por fim, D. faz um destaque para o fato da Psicologia ser muito mais posicionada hoje acerca das relações raciais e que é impossível, enquanto psicóloga não se comprometer quando a própria Psicologia está comprometida com a luta antirracista. Afirma que precisamos nos comprometer primeiro num processo de formação de si e depois com a formação do outro, para poder embasar futuras psicólogas também. Ainda assim, D. pontua: “fico pensando que a gente tá num passinho ainda lento... nesse processo”.

3.5 Entrevista 5

3.5.1 Perfil da entrevistada

E. é uma mulher cis, branca, de 55 anos. Moradora de um bairro nobre na Zona Sudoeste de São Paulo, se formou em Psicologia na PUC-SP em 1993. Atuou como professora na Educação por 20 anos, na rede pública de ensino; por alguns anos, trabalhou na alfabetização de adultos no EJA, e depois foi para o Ensino Fundamental – onde se aposentou. Em paralelo, como psicóloga, atuou sempre na área clínica, onde segue atuando até os dias de hoje. Sua abordagem na Psicologia é a Psicologia Analítica.

3.5.2 Eixos analisados

3.5.2.1 As relações raciais e a atuação profissional

No momento de caracterizar as populações com quem atuou e atua, E. destaque que são populações muito distintas e, então, discorre sobre questões sócio-econômicas: na clínica, a maior parte das pessoas tem maior poder aquisitivo, por ser uma clínica particular – apesar dela citar ter alguns atendimentos sociais; enquanto nos abrigos para crianças e adolescentes vítimas de violência em que trabalhou um tempo, e nas escolas da rede pública, era uma população “de um nível social de mais vulnerabilidade”. Eu pergunto, então, sobre a raça/cor dessas populações, e E. menciona a discrepância novamente entre elas: na clínica, nunca atendeu nenhum adulto negro e atendeu apenas algumas crianças negras por atendimentos sociais; já nas escolas, as pessoas eram em sua maioria negras. Vale pontuar, aqui, que E. fala de pessoas “negras ou pardas” mais de uma vez na entrevista; o que indica uma confusão nas categorias de raça/cor mais usadas no Brasil: pretos e pardos, que juntos compõem a população negra brasileira.

Em relação às reflexões e à presença do debate racial na atuação enquanto psicóloga, E. justifica que na clínica isso não aparece, pois atende majoritariamente pessoas brancas. Num primeiro momento, ao ser questionada se a questão racial aparecia nos atendimentos de pessoas brancas, a participante hesita e diz que ultimamente tem aparecido mais; porém, muda a direção de sua resposta e passa a falar de como a discussão não acontecia na faculdade. Mais tarde na entrevista, retomo a mesma pergunta sobre a clínica e E. diz: “Acho que... Como aqui... Aqui no consultório, eu não tenho nenhum paciente negro. Nenhuma mulher negra... Nenhum... Então não...”. Depois de mais uma pergunta “e com as pessoas brancas, isso aparece?”, a participante completa:

Não... [pausa mais longa] Aparece outras questões, por exemplo, se... Tem pacientes que... É... que é judeu, que é judia, então... Agora com essa questão... do que está acontecendo em Gaza... Então, isso fica muito vivo, né? Mas... [pausa] Em relação à violência... à discriminação... ao racismo... não aparece. [pausa] A não ser quando tem alguma coisa assim... mais chocante, como um comentário... como um lamento, né? Mas não como uma questão que... “Que dor isso me causa? Que sofrimento isso me causa?” Não. [pausa]

Fica mais nítido, assim, o entendimento de que espaços brancos não seriam espaços para a discussão racial – novamente consequência da desracialização de pessoas brancas. Contrastando, E. discorre mais longamente sobre as reflexões feitas a partir dos seus vinte

anos atuando como professora na rede pública de ensino. Lá, diante das crianças negras, E. recorda de inúmeras situações em que as consequências do racismo estrutural apareciam nas relações interpessoais entre as crianças e na relação das crianças consigo mesmas: desde a baixo autoestima de meninas negras com seus cabelos crespos e crianças negras se desenhando com a pele clara; até relatos da realidade de crianças e adolescentes enquadrados pela polícia simplesmente por andar na rua. A participante afirma que lidar com a questão racial vinha enquanto algo necessário e, para isso, a equipe pensava formas de intervenções possíveis: “não tem como você não fazer nada, porque você vê o sofrimento [causado pelo racismo]”. Entre as estratégias pensadas, E. destaca o uso de filmes e livros para trazer novas representações de pessoas negras para as crianças, e rodas de conversa sobre racismo e violência dentro da escola para abrir espaço para conversas sobre o assunto.

3.5.2.2 Percepção de si enquanto pessoa branca

Diante da pergunta se ela se percebe branca no seu cotidiano de atuação, E. responde prontamente que sim. Quando se vê em grupos de estudo compostos majoritariamente por pessoas brancas e reflete como é raro ter colegas negros nessa área de formação. Recorda-se que na graduação em Psicologia tinha apenas três estudantes negros na sua turma, e que, mesmo agora, nas turmas de especializações de Psicologia Analítica – feitas mais recentemente – também eram compostas basicamente por pessoas brancas. Na área da educação, em que atuou como professora, também era rodeada majoritariamente por colegas brancas – eram em grande maioria mulheres brancas.

E. conta que, em relação aos estudantes, geralmente não se percebia branca; era mais em momentos em que eles traziam comentários explícitos ou quando falavam de realidades muito distantes daquelas que ela tinha e tem até hoje. A participante cita, então, nunca ter sido parada por policiais, nem mesmo quando voltava com amigos de madrugada das festas que iam; ou que nunca presenciou um tiroteio no bairro em que morava e viu cartuchos de bala nas ruas próximas a sua casa. E. finaliza me convocando a concordar com ela e pontua a questão da raça/cor: “Né? [pausa] Não é só a pobreza que tinha uma diferença, assim. A cor que você tem faz diferença na hora que você anda na rua”.

Não há, no restante de toda entrevista, momentos em que E. fale sobre seu próprio lugar enquanto pessoa branca ou reflita sobre os sentidos de ser branca diante das diferentes

situações em que narra. Percebe-se a naturalização da branquitude e a ideia de que relações raciais são restritas aos outros, àqueles que têm cor – já que o sujeito branco seria o referencial. Além disso, é possível refletir também quando E. conta da urgência de se pensar racismo e relações raciais no contexto das escolas em que trabalhou, na rede pública, porque isso estava muito presente, já que a maioria das crianças eram negras – de novo o debate racial enquanto um problema dos e para pessoas negras.

Nesse momento, a participante diz “Então na escola eu vivi muito mais fortemente essa necessidade de... Olhar para isso... Pensar, refletir... E como fazer intervenção. E... [pausa] Sendo que... eu não tenho esse lugar de fala. [pausa] Eu não passei o que eles... Né?”. Há, aqui, uma interpretação equivocada do conceito de “lugar de fala”, como se não ser negra ou indígena impedisse E. de entrar no debate racial e discutir as repercussões do racismo – argumento comum entre sujeitos brancos que não querem questionar o lugar social assegurado a ela pela branquitude, para então entender seu lugar na luta antirracista. Djamila Ribeiro, no livro “O que é lugar de fala?” (2017), da coleção Feminismos Plurais, salienta que todos indivíduos possuem lugar de fala, já que este se refere à localização social. A autora afirma que entender o lugar de onde falamos é romper com a lógica de que só pessoas em lugares subalternos falem sobre suas localizações, responsabilizando sujeitos em lugares de poder: “O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados” (p. 88). O lugar de E. discutir relações raciais é enquanto uma pessoa branca.

3.5.2.3 Formação em Psicologia acerca das relações raciais

Já no que tange o terceiro eixo, a formação de E. em Psicologia – seja na graduação na década de 1990 ou em especializações mais recentes – é marcada pela ausência do debate acerca das relações raciais. A participante explicita ter tido pouquíssimos colegas ou professores negros durante a graduação e que não se lembra de ter tido discussões sobre raça/cor como parte do currículo do curso – a não ser algo sobre etnia na disciplina de Antropologia, quando falavam sobre a cultura de povos originários de outros continentes, mas nunca sobre as diferenças culturais e étnicas no próprio Brasil.

Nas especializações relacionadas à Psicologia Analítica que fez nos últimos anos, E. também conta que a única discussão breve era feita de forma distanciada e que não convidaram ninguém “com propriedade maior de vivência” para falar sobre – deixando implícito que se referia a um convidado negro para falar de si, não de uma pessoa que pesquisasse relações raciais, por exemplo. Aqui, de novo, só pessoas negras podem falar sobre racismo, para falar sobre sua própria vivência; não há a compreensão de que pessoas brancas podem falar sobre sua responsabilidade diante do racismo e sua desconstrução. Eu pergunto, então, sobre a bibliografia das especializações, e a participante diz que não havia nenhuma referência sobre relações raciais e/ou de autores(as) negros(as).

Nessa última, a gente até falou, né? Mas é... [pausa] Por exemplo... De novo, professoras brancas falando a respeito... Não tinha um convidado com... com propriedade maior de vivência, de estudo... em relação... [pausa] Era... Era mais um reflexão a respeito... Mas ainda com distanciamento... Não de vivência, né?

Diferente do cenário da Psicologia, E. vê uma maior mudança ao longo dos anos na área da Educação. De acordo com a participante, a partir dos anos 2000 começou a se falar mais em racismo, mas as tentativas do debate – sempre proposto por pessoas negras – enfrentavam muita resistência dos professores, já que acreditavam que “as crianças não são más desse jeito” e, portanto, não seriam racistas. Aqui, vê-se uma ideia de que a reprodução do racismo seria uma expressão moral e individual das crianças. Já a partir dos anos 2010, E. entende um maior avanço e destaca a importância da lei que afirmava a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira nos currículos para que esse avanço acontecesse.

Aí não era só "Não, eu concordo" ou "Eu discordo". Não, você tem que fazer, né? Aí veio Consciência Negra... E não é pra ficar... É pra trabalhar consciência mesmo! Não é para ficar fazendo trabalhinho bonitinho e falar "Oh, trabalhei", né? E ficar falando só de Zumbi dos Palmares, né? É muito mais amplo do que isso. [pausa] Mas na educação isso é muito mais forte... Na Psicologia, não sei [como está isso hoje]...

As leis as quais E. se refere são: a Lei 10.639/2003 – já citada anteriormente no presente trabalho – e a Lei 11.645/2008 (Brasil, 2008), que alterou novamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir na BNCC a história e a cultura indígenas. A partir delas, a abordagem da educação para as relações raciais em toda extensão curricular já não é, portanto, facultativa. Carine (2023) argumenta a importância da lei no sentido, principalmente, de diminuir o desgaste energético por parte da militância em construir esses espaços. O que a autora diz é que não devemos abordar a cultura

afro-brasileira e indígena só porque é lei e sim pela consciência de reparação histórica; porém, “onde a consciência não chega, a obrigatoriedade legal age” (p. 82).

Nesse sentido, E. parece ter lucidez da importância dos marcos legais acerca da educação para relações raciais no Brasil, ainda que a década referida para as leis não tenha sido precisa. No ano de 2010, referenciado por E., houve a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010), também um marco importante na legislação brasileira. A entrevistada também destacou a formação continuada na área da educação no período em que trabalhou na prefeitura como algo importante para sua atuação.

4 DISCUSSÃO

O primeiro aspecto que gostaria de destacar e que marcou o lugar dado às relações raciais por todas as psicólogas entrevistadas, ainda que com algumas diferenças, é a ideia de que o debate racial se refere apenas às pessoas negras. Tal compreensão não é nova: historicamente no Brasil, o branqueamento e o racismo são apontados como um problema dos negros. Ainda que, na verdade, o processo de branqueamento seja uma invenção da elite brasileira branca (Bento, 2002) e o racismo seja a hierarquização de um grupo racial em detrimento dos outros grupos, criada e mantida por pessoas brancas (Munanga, 2004), essas mesmas pessoas brancas os apontam como um problema da e para população negra.

A maioria das participantes só falou sobre a raça/cor da população atendida quando eu perguntei diretamente – apenas C. e D. completaram suas respostas, depois de uma pausa, com o perfil racial das pessoas com quem atuam. Além disso, as perguntas sobre como o marcador racial influencia nas atuações e reflexões profissionais sempre eram seguidas de relatos em relação às pessoas negras com quem já tiveram contato, seja qual for a área de atuação explicitada – sendo área clínica, social ou da educação. Espaços de atuação majoritariamente brancos não eram incluídos nessas respostas à princípio, como se a discussão racial só fizesse sentido quando diante de pessoas negras. Esse aspecto encontrado corrobora com o silêncio e a cumplicidade branca apontados por Bento (2022), quando essa descreve o que chama de pacto narcísico da branquitude – que se refere ao acordo social tácito e não verbalizado entre pessoas brancas, visando a manutenção dos seus privilégios.

Assim como indica o levantamento feito pelo CensoPsi 2022 sobre as principais áreas de atuação das psicólogas atualmente, a área clínica foi a área mais citada pelas participantes – somente D. não atua, nem nunca atuou de forma significativa, enquanto psicóloga clínica. As quatro entrevistadas que atuam na clínica relatam que as pessoas atendidas são, em sua grande maioria, pessoas brancas. Entre o grupo de psicólogas formadas em 1993, ambas atenderam pouquíssimas pessoas negras na clínica e responderam categoricamente que o debate racial “não aparece”. Entre as formadas mais recentemente, tanto A. quanto C. destacam a princípio como a discussão racial e o racismo aparecem nos atendimentos a pessoas negras; é só quando questiono “e entre as pessoas brancas?” que elas buscam identificar o marcador racial no atendimento dessas pessoas.

Entre o que identificam, C. relata um exemplo de um homem branco que traz diretamente a questão do racismo; enquanto A. fala sobre um homem atendido que leva para a psicoterapia sua relação com mulheres negras, sendo a questão racial algo que A. sente que deveria se posicionar mais diretamente, mas encontra dificuldade em como isso deveria ser feito. A. é a única a verbalizar uma autocrítica sobre suas reflexões acerca das relações raciais ficarem restritas aos pacientes negros que atende, como se pacientes brancos não fossem atravessados pela branquitude. Além disso, a participante compartilha não sentir que tem recursos suficientes para lidar com o racismo e suas repercussões dentro da clínica. Esse fato indica que, mesmo as psicólogas que demonstram preocupação e interesse em repensar suas práticas e fazer o enfrentamento do racismo na sua atuação, sentem-se despreparadas quanto a técnicas e recursos para pensar intervenções, devido a ausência ou a insuficiência dessa instrumentalização na formação.

Em relação às experiências das entrevistadas na área da Educação, enquanto psicólogas ou não, ficou nítida também a diferença quando discorrem sobre escolas particulares – compostas majoritariamente por estudantes brancos – e escolas públicas – cujos estudantes são, em maioria, negros. C. e D. relatam experiências profissionais em escolas particulares a partir da total invisibilização da questão racial, como se ela não existisse – ou até sendo negada explicitamente pela escola quando lhe é apontada. Enquanto isso, B. e E. dizem que a questão racial era muito evidente nas escolas públicas em que trabalharam, onde tiveram contato majoritariamente com crianças e adolescentes negros.

No âmbito da educação, Carine (2023) enfatiza as escolas como espaços de formação humana, fundamentais na constituição de cada um tanto no âmbito da coletividade quanto no aspecto individual da subjetividade; sendo centrais no processo de transformação social, já que, ao mesmo tempo em que é influenciada pelo sistema, também o influencia. Sendo assim, a escola tem um dever histórico de ser antirracista e pensar projetos antirracistas e afrocentrados. É preciso pautar a equidade racial em toda sua estrutura: na formação do corpo profissional, na construção curricular, na representação gráfica positiva de pessoas negras e indígenas, no fomento de literatura negra e indígena, na formação de professores/as numa óptica do letramento racial, na apresentação de intelectuais negros e indígenas aos estudantes, entre outros.

Pensando no seu percurso educacional, C. discorre algumas vezes sobre o lugar distanciado do qual pessoas brancas falam sobre raça e racismo. A participante traz

experiências próprias enquanto estudante de instituições privadas e de maioria branca tanto na Educação Básica, quanto no Ensino Superior, criticando o “olhar de fora” de pessoas brancas quando falam sobre racismo e o que elas supõem ser a vivência de pessoas negras. O que C. chama de “lugar intelectualizado” pode ser referência a um antirracismo de pessoas brancas restrito ao discurso, em que elas se fecham para falar unicamente do outro racializado, relacionando-se apenas com uma discussão teórica e intelectual em espaços que continuam e continuarão, se depender delas, brancos. Contudo, C. parece não questionar qual seria então o lugar destinado a pessoas brancas no debate, quase que dizendo que são mesmo as pessoas negras – e só elas – que devem falar sobre relações raciais, já que elas que sofrem racismo. Aqui, é essencial que entendamos duas armadilhas postas, descritas por Denise Carreira (2018), para pessoas brancas que buscam construir uma branquitude crítica e implicada.

A primeira armadilha seria entender, equivocadamente, que não há lugar para pessoas brancas no debate racial a não ser o de ouvir e esperar que pessoas negras e indígenas resolvam o problema do racismo – criação essa de pessoas brancas, como já vimos; a segunda armadilha seria o caminho completamente oposto, em que pessoas brancas passam a achar que tudo, então, deve ser sobre elas – já que elas que criaram e mantêm o racismo. Enquanto a primeira isenta pessoas brancas da sua responsabilidade na luta antirracista, a segunda retira das pessoas negras e indígenas o protagonismo que sempre foi – e deve ser – delas e coloca as pessoas brancas no centro do debate num movimento que é característico da branquitude que deseja-se desconstruir. Entender que o lugar de pessoas brancas no debate acerca das relações raciais e na luta antirracista jamais será o mesmo lugar de pessoas negras e indígenas é diferente de afirmar que somente pessoas negras e indígenas podem falar sobre raça e racismo de forma compromissada e crítica – que é uma forma de se retirar permanentemente da discussão.

Outro aspecto, que se relaciona com o debate apresentado acima, é a ambiguidade presente nas falas das entrevistadas em relação ao seu posicionamento enquanto mulheres brancas na atuação profissional – ainda que em diferentes graus. Nenhuma delas nega a existência do racismo ou a influência do ser branca no cotidiano profissional, mas nenhuma consegue discorrer de maneira aprofundada em que momentos tal influência acontece ou onde está o racismo quando ele não é explicitamente trazido pela população atendida – com exceção talvez de A. que localiza alguns momentos em que sua branquitude influenciou no atendimento clínico. De maneira geral, as entrevistadas não demonstram saber identificar os

impactos e reverberações da branquitude em suas reflexões e tomadas de decisões, nem localizar expressões da branquitude em pessoas brancas que atendem. Assim, retomo à explicitação feita por Costa (2023) e já citada anteriormente, de que afirmar que ser branca afeta a atuação profissional, sem saber afirmar como e onde, não diz, em si, nada.

Nesse mesmo sentido, Schucman destaca, em uma entrevista para Iolete Ribeiro da Silva, esse movimento atual de pessoas brancas que, no século XXI e numa lógica mais progressista, conseguem afirmar a existência do racismo na nossa sociedade e algumas consequências para as populações não-brancas, mas não conseguem entender as consequências para si mesmas (pessoas brancas). A autora explica que muitas pessoas brancas hoje reconhecem a desvantagem e o sofrimento do outro como consequência do racismo, mas não reconhecem suas próprias vantagens nesse processo: “A branquitude tem esse lugar. Ou seja, ela consegue até entender a desvantagem do outro, mas o privilégio sobre si mesmo, não” (Schucman e Silva, 2022, p. 39). A. demonstrou uma ruptura com essa lógica quando entende que ser a única pessoa da sua escola pública a acessar uma bolsa de estudo para uma escola particular não foi sorte, e sim resultado de uma sequência de privilégios naquele espaço e diante da professora, simplesmente por ser branca.

Diante desses movimentos de autocritica de A., cabe aqui também retomar ao conceito de Lourenço Cardoso (2010) de “conflito de zona fronteira”. O autor entende o enfrentamento desse conflito como primeiro passo a ser enfrentado por pessoas brancas que buscam reconstruir suas identidades raciais, desvencilhando-se do racismo que as constituía. Não são atitudes pontuais e finitas que implicariam em tal reconstrução, mas sim um compromisso cotidiano e uma insistência na crítica e autocritica quanto ao lugar de privilégios ocupado pela branquitude. Tal postura diante do debate racial não é vista tão marcadamente no discurso das demais entrevistadas.

Em relação à formação em Psicologia, foi possível observar uma distinção nítida entre o nível de contato das entrevistadas no que tange ao debate racial dos dois períodos de formação, mesmo considerando a insuficiência da discussão no currículo atual; o que resulta em níveis de criticidade distintos quando pensada a atuação para as relações raciais. A. foi a entrevistada que mais demonstrou contato com diferentes pontos da discussão e com diferentes referências bibliográficas relacionadas a racismo, antirracismo e branquitude. Isso porque, como salienta a própria participante, fez escolhas ao longo da graduação e no seu percurso profissional depois de já formada que a aproximou do debate. A. fala sobre o

compromisso pessoal que assumiu com a luta antirracista enquanto sujeito branco e o caminho constante de autocrítica e revisão da sua atuação enquanto psicóloga branca. Por esse motivo, inclusive, a participante defende a obrigatoriedade do debate no currículo, pois sabe que nem todas psicólogas em formação farão essas escolhas por interesse pessoal.

Ao contrário das formadas nos últimos cinco anos, as entrevistadas formadas na década de 1990 não tiveram nenhum contato com a discussão racial durante a graduação – diferente de outros marcadores que já apareciam naquela época, como classe e gênero. Além disso, a formação continuada não trouxe a elas o debate, mesmo em pós-graduações e especializações feitas depois dos anos 2010; o que denuncia o pouco avanço nos dias de hoje já sinalizado pela literatura (Ramos e Carvalho, 2022a; Ramos e Carvalho, 2022b; Silva, 2021) e pelas participantes formadas recentemente.

Ainda assim, ficou evidente através da análise das entrevistas o papel fundamental de políticas públicas federais – tais como as leis federais citadas anteriormente na presente pesquisa – e dos posicionamentos e referências feitas pelo Sistema de Conselhos da Psicologia, tanto em seu nível federal quanto nos níveis regionais.

A formação em momentos históricos tão distintos implicou, inclusive, em uma postura muito diferente entre os dois grupos de psicólogas entrevistadas: o grupo das formadas na década de 2020 articulou de maneira mais crítica suas respostas diante das perguntas feitas, em momentos de pausas explicitadas para pensar sobre algo que até então não havia sido pensado e questionando sentimentos e movimentos no processo de racialização; já o grupo das formadas na década de 1990, respondeu mais frequentemente às perguntas sobre raça/cor de forma curta e/ou evasiva, ainda que D. tenha afirmado diretamente a falha em sua formação no que se refere ao debate racial mais ao final da entrevista.

No que se refere a minha presença enquanto interlocutora da entrevista e como se estabeleceu a relação com as entrevistadas, considero importante retomar aqui alguns dos apontamentos feitos na análise de cada entrevista. Não é irrelevante o fato de eu ser uma pesquisadora branca falando com cada uma delas sobre raça. Percebi de maneira mais explícita a medida em que fiz as entrevistas e, posteriormente, no processo de transcrição e análise, que em diversos momentos as participantes não respondiam diretamente o que eu perguntava ou iniciavam uma resposta e indagavam “entende?!”, “né?!”. Ainda que essas sejam expressões frequentemente usadas por nós no meio de falas, havia momentos – em

perguntas mais diretas que exigiam o contato com lugares não muito confortáveis de reflexão – em que eu sentia a expectativa delas de que eu concordasse logo com o que diziam. As interrupções de raciocínio na resposta com “entende?” deixavam a sensação em mim que a minha afirmação as pouparia de ter que verbalizar o que pensavam sobre algo e concluir respostas que achavam que eu, enquanto pessoa branca, sabia como continuariam.

Por fim, é possível afirmar que o lugar das relações raciais tanto na formação quanto na atuação das psicólogas brancas entrevistadas é ainda muito superficial e restrito. É imprescindível que os currículos de Psicologia, tanto na graduação quanto em especializações, prevejam o debate racial de forma aprofundada e transversal, assim como indicado e defendido nas Referências Técnicas acerca das Relações Raciais (CREPOP, 2017). É preciso que formemos psicólogas capazes de reconhecer não só violências raciais explícitas, mas também violências sutis, presentes nos olhares, nos silêncios e nas omissões reiteradas nas relações sociais e geradoras de sofrimento intenso às populações negras e indígenas no Brasil (Carreira, 2018).

Quando falamos de psicólogas brancas, portanto, não existe um caminho no letramento racial e na luta antirracista que não passe pelo enfrentamento da naturalização das nossas identidades, pela apropriação das próprias experiências de forma racializada, pelo reconhecimento e desconstrução dos nossos privilégios, pelo reconhecimento do outro enquanto sujeito de direitos e de dignidade, pelo encontro com pessoas negras e indígenas e suas produções artísticas e intelectuais, pela sustentação do desconforto sentido diante do debate racial e pela responsabilização (individual e coletiva) de pessoas brancas na manutenção do racismo hoje – para que nos impliquemos, então, na sua destruição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que as entrevistas foram sendo realizadas e depois transcritas, ficou ainda mais nítido que não seria possível aprofundar todos os conteúdos e todas as expressões ali encontradas. Como em qualquer pesquisa acadêmica, o tempo se impôs e escolhas foram feitas para que o trabalho pudesse ser finalizado. Entendendo a impossibilidade de se esgotar qualquer discussão iniciada na presente pesquisa, salienta-se aqui a necessidade de dar continuidade nas pesquisas sobre relações raciais e a Psicologia, assim como na investigação de como as psicólogas – dos diferentes grupos raciais – têm pensado tal atravessamento em suas práticas profissionais nas mais diversas áreas, para que assim possamos avançar nos delineamentos e descrições mais diretas sobre práticas antirracistas desde a formação em Psicologia.

A análise dos dois períodos de formação indicou um avanço, ainda que pequeno, no contato e na discussão acerca das relações raciais. Isso é expressão não só de movimentos dentro do campo *psi*, com o avanço de pesquisas e um posicionamento mais frequente do Sistema de Conselhos, mas uma expressão do contexto histórico e social atual da sociedade brasileira como um todo. É pelo esforço e pela força dos movimentos negros e indígenas que o debate foi ganhando mais espaço na política e, com isso, na formulação de políticas públicas que tornam lei medidas de igualdade racial. Nesse sentido, é sempre importante reconhecer limites e potências do campo da Psicologia diante dos enfrentamentos sociais necessários, tendo nitidez que a verdadeira transformação social só é possível com transformações estruturais de como a nossa sociedade é organizada.

Sendo assim, para a destruição do racismo é preciso que o consideremos em todas as suas dimensões: institucional, interpessoal e intrapsíquica. Para isso, faz-se necessário o envolvimento de todas e todos, incluindo a Psicologia e suas (seus) profissionais. Assim, seguimos em busca de uma sociedade igualitária e justa, buscando construir com compromisso e ética uma Psicologia transformadora e implicada no enfrentamento do racismo.

6 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245. 2006.
- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.
- BENEDITO, Maiara de Souza; FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online], v. 40, n. spe., p. 1-16. 2020.
- BENTO, Cida. Pacto narcísico. In: BENTO, Cida. *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 17-26.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-58.
- BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz; PETROLA, Domingos Arthur Feitosa; PACHECO, Fábio Pinheiro. Psicologia Social Brasileira E As Categorias Sócio-Históricas Fundamentais. In: MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia M. Gomes (Orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica: Bases Epistemológicas, Categorias Fundamentais e Intervenções Psicossociais*. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2022. p.19-42.
- BRAMBILLA, Beatriz B.; ROCHA, Renan V. de S.; OLIVEIRA, Washington Luan G. de; CORDEIRO, Rosa C. A branquitude e a (des)racialização do estado brasileiro e suas desigualdades. In: CORDEIRO, Rosa Cândida; OLIVEIRA, Washington Luan Gonçalves de; VICENTINI, Fernando (Orgs.). *Saúde da População Negra e Indígena*. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2020. p. 231-254.
- BRASIL. *Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira",

e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. *Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em 10 mai. 2024.

BRASIL. *Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>. Acesso em 26 jan. 2024.

BRASIL. *Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CARDOSO, L. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 08, n. 01, p. 607-630, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução 018/2002*. Brasília, 19 dez. 2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF>. Acesso em: 05 mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017. 147p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_web.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

COSTA, Júlia Pagano. *Por uma clínica racializada – Relações Raciais e Psicologia Clínica: uma análise da branquitude a partir do Materialismo Histórico-Dialético*. 2023. 155p.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

FILHO, J. A. S.; SANTOS, B. O. O sintagma identidade-metamorfose-emancipação e sua relação com o construto mundo. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-9. 2017.

IBGE. *Censo Demográfico 2022: Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: Resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html?localidade=BR>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

KILOMBA, Grada. A Máscara. In: KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó, 2019. p. 33-46.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira* [S.l:s.n.], 2004.

O legado da Conferência de Durban para o Brasil. *Conectas*. 14 set. 2021. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/o-legado-da-conferencia-de-durban-para-o-brasil/>> Acesso em: 23 jan. 2024.

OLIVEIRA, I. F. de; COSTA, V. C. A.; YAMAMOTO, O. H. A Psicologia no Brasil: uma história em construção. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro*. Volume I – Formação e inserção no mundo do trabalho. Censo da Psicologia Brasileira. 1. ed. Brasília: CFP, 2022. p.11-41.

RAMOS, Márcia Ribeiro; CARVALHO, Liandra Lima. A Cor Da Psicologia: Um Estudo Sobre O Estado Da Arte Da Psicologia Sobre Branquitude. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v. 11, n. 1, p. 403-420, jan./abr. 2022.

RAMOS, Márcia Ribeiro; CARVALHO, Liandra Lima. TODOS TÊM A MESMA COR? - Um levantamento sobre a produção científica da psicologia brasileira sobre branquitude. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2022.

RIBEIRO, Djamila. Todo mundo tem lugar de fala. In: RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala? – Feminismos Plurais*. Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2017. p. 83-92.

SANTOS, Alessandro De Oliveira Dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira Martins. Breve Histórico Do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175. 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. 122p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo.

SCHUCMAN, Lia Vainer; SILVA, Iolete Ribeiro da. Branquitude. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1*. Brasília: CFP, 2022. p. 32-37.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, Nós Somos Racistas: Estudo Psicossocial Da Branquitude Paulistana. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n.1, p. 83-94, abr. 2014.

SILVA, Anne Bittencourt Santos e. Compreensões acerca do/a branco/a e da branquitude na Psicologia. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 21, n. 230, p. 68-80, set./out. 2021.

APÊNDICE 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada(o) participante, você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “O lugar das relações raciais na atuação profissional de psicólogas brancas”. Sou estudante do curso de graduação de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e realizo esta pesquisa sob orientação da Prof^a Sandra Gagliardi Sanchez.

Este estudo tem por objetivo geral compreender qual o lugar das relações raciais na atuação profissional de psicólogas brancas. Sua contribuição consistirá na realização de uma entrevista, com cerca de uma hora de duração, sobre sua formação e trajetória profissional e a questão das relações étnico-raciais. Por se tratar de perguntas sobre sua própria vivência e experiências singulares, não há respostas certas. A conversa será gravada para que as falas possam ser analisadas com mais atenção, mantendo assim a fidedignidade delas.

A participação é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.

Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Mesmo a princípio não tendo benefícios diretos em participar, você estará contribuindo imensamente para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. A princípio, a pesquisa apresenta riscos mínimos. Ainda assim, podem surgir sentimentos de desconforto e/ou tensão, do ponto de vista afetivo e emocional, ao lembrar de passagens de sua vida profissional. No entanto, asseguro tomar os devidos cuidados para evitar e minimizar tais desconfortos antes, durante e após a realização da entrevista. As entrevistas poderão ser interrompidas a qualquer momento e seus dados de identificação serão preservados.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora – Natália Mosená Gollo (mgollo.natalia@gmail.com) – e pela orientadora responsável – Sandra Gagliardi Sanchez (ssanchez@pucsp.br).

É importante também que você saiba que todas as pesquisas realizadas com seres humanos são acompanhadas por um Comitê de Ética em Pesquisa; no nosso caso, esse comitê é da PUC/SP. Esse Comitê é formado por um grupo de pesquisadores, escolhidos na

universidade. Ele recebe o projeto da pesquisa e faz aquilo que chamamos de uma avaliação ética. Isso quer dizer que é avaliado por diferentes professores da universidade, indicados pelo Comitê; avaliando se a proposta da pesquisa é relevante, se está bem elaborada e, principalmente, se os responsáveis pela pesquisa estão tomando todos os cuidados necessários para garantir o respeito e a proteção aos participantes da pesquisa. Só nesse caso o projeto é aprovado e pode ser realizado. O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP pode ser procurado, caso apareça alguma dúvida ou qualquer questão em relação a esta pesquisa. Seguem os contatos: Endereço: Rua Ministro de Godói, 969, sala 63C; Bairro: Perdizes; CEP: 05015-001; Tel.: (11) 3670-8466; FAX: (11) 3670-8466; E-mail: cometica@pucsp.br. Horário de atendimento ao público: das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira.

Assinatura do pesquisador: _____

Eu, _____, declaro que entendi o objetivo da pesquisa e concordo em participar da entrevista. Estou ciente de que dados que permitam minha identificação serão omitidos a fim de garantir meu anonimato. Tenho ciência também de que posso encerrar minha participação na pesquisa a qualquer momento. Por fim, sei que este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

Assinatura do participante: _____

São Paulo, ____ de _____ de 2024.

APÊNDICE 2

Roteiro de perguntas para entrevistas

1. Perfil da entrevistada: nome; gênero; idade; onde mora; raça/cor.
2. Em qual Universidade você se formou em Psicologia? Em que ano?
3. Qual é a sua área de atuação como psicóloga hoje?
4. Com que população você atua? Como você caracterizaria essa população?
5. Você fez outras formações/ especializações depois da graduação? Quais?
6. Por que você se considera branca(o)? O que isso significa pra você?
7. Você se percebe branca(o) no seu cotidiano profissional? Quando/ em que momentos?
8. Você acha que ser branca(o) influencia na sua atuação enquanto psicóloga?
9. Você considera a raça/cor das pessoas que atende? Existe alguma diferença na sua postura diante de diferentes grupos raciais?
10. Na sua formação em Psicologia, as discussões sobre relações étnico-raciais faziam parte do currículo previsto?
11. Você se aproximou dessa discussão em algum momento na sua trajetória profissional?
12. Você considera importante se aproximar dessa discussão? Por que?